

Aula 00

*PM-SP (Soldado) - Atualidades - 2021
(Pré-Edital)*

Autor:
Leandro Signori, Matheus Signori
(Equipe Leandro Signori)

25 de Maio de 2021

Sumário

Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais internacionais	5
1 – Blocos econômicos.....	5
1.1 União Europeia.....	5
1.2 MERCOSUL.....	10
1.3 Parceria Econômica Regional Abrangente	13
2 – A questão Israel-Palestina.....	14
3 - Líbano - megaexplosão e crise.....	19
4 - Conflito em Nagorno-Karabakh	23
5 - Golpe Militar em Mianmar	25
6 – Estados Unidos.....	28
6.1 Sistema eleitoral e eleição presidencial	28
6.2 O governo de Joe Biden	31
7 – Pandemia de Covid-19.....	33
7.1 Pesquisas de remédios e vacinas	34
7.2 Medidas restritivas de proteção e para conter o avanço do vírus.....	35
7.3 O alcance mundial da doença	36
7.4 Como a China conteve a expansão do vírus.....	37
7.5 Impactos econômicos	38
Questões Comentadas.....	40
Lista de Questões.....	51
Gabarito.....	55
Resumo	56



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Caros alunos,

É com imenso prazer que nos encontramos no **ESTRATÉGIA CONCURSOS** para esta jornada em busca de um excelente resultado na disciplina de **ATUALIDADES** no concurso da **POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO** para o cargo de **SOLDADO**.

Sou o **Professor Leandro Signori**, ingressei no serviço público com 21 anos e já trabalhei nas três esferas da administração pública – municipal, estadual e federal - o que tem sido de grande valia para a minha formação profissional – servidor e docente. Nas Prefeituras de Porto Alegre e São Leopoldo, desenvolvi minhas atividades nas respectivas secretarias municipais de meio ambiente; na administração estadual, fui servidor da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), estatal do governo do Rio Grande do Sul.

Durante muitos anos, fui também servidor público federal, atuando como geógrafo no Ministério da Integração Nacional, onde trabalhei com planejamento e desenvolvimento territorial e regional.

Graduei-me em **Geografia – Licenciatura** - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e – **Bacharel** - pelo UNICEUB em Brasília. A oportunidade de exercer a docência e poder alcançar o conhecimento necessário para a aprovação dos meus alunos me inspira diariamente e me traz grande satisfação. Como professor em cursos preparatórios *on line* e presencial, ministro as disciplinas de Atualidades, Conhecimentos Gerais, Realidade Brasileira e do Distrito Federal, Geografia e Conhecimentos Específicos.

A VUNESP é uma banca datada, que cobra conteúdos sobre fatos ocorridos em um período de tempo anterior a data da realização da prova, geralmente, até doze meses anteriores. Desta forma, nas aulas 00, 01, 02 e 03, o nosso estudo vai se concentrar em tópicos gerais sobre temas políticos, econômicos, sociais e culturais, nacionais e internacionais do Brasil e do mundo, com uma explicação completa, priorizando fatos ocorridos em 2021 e 2021. Ou seja, quando necessário, faremos uma contextualização maior e vinculação histórica para que você possa compreender por que determinado fato ou sequência de fatos estão ocorrendo no presente.

Na aula 04, teremos vídeos com uma seleção dos principais fatos ocorridos no Brasil e no mundo a partir de janeiro de 2021. A aula 05 é de questões simuladas, de minha própria autoria, com base em fatos selecionados das retrospectivas mensais de Atualidades.

Vejamos, agora, o cronograma do curso:

Aula	Conteúdo Programático
00	Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais internacionais
01	Questões relacionadas a fatos políticos, sociais e culturais internacionais



02	Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais nacionais - I
03	Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais nacionais - II
04	Retrospectiva Mensais de Atualidades
05	Simulados de Atualidades

A distribuição das aulas, neste formato, visa otimizar a amplitude dos conteúdos e sua interconexão em grandes temas.

Como disse, além de estudar a teoria, é fundamental que você resolva muitas questões. Assim, até o final deste curso, teremos mais de **200 questões comentadas de diversas bancas, no estilo certo/errado e múltipla escolha.**

Utilizamos questões de diversas bancas, não somente da banca do seu concurso, por que, como o nome diz, a nossa disciplina é Atualidades, na qual a maioria das questões se desatualizam rapidamente. Poucos meses, às vezes dias, após o concurso, a questão já está desatualizada.

Também utilizamos questões de anos anteriores, para termos uma maior quantidade de questões. Sim, pois temos muitas questões de anos anteriores que não se desatualizaram. São questões que cobraram aspectos contextuais e/ou conceituais, que permanecem atuais nos dias de hoje.

Se colocarmos no curso somente questões do ano atual e do ano anterior e do estilo da banca do seu concurso, vamos ter poucas questões, assim, muitos alunos vão reclamar da pouca quantidade de questões.

Desta forma, com questões de diversas bancas, dos dois estilos, de anos recentes e de anos anteriores (mas atualizadas) conseguimos ter um bom número de questões para vocês praticarem.

No entanto, se algum aluno não concordar, está livre para resolver somente questões do ano atual e anterior, somente da banca do seu concurso e no estilo da banca do seu concurso. É uma escolha de cada aluno. É só escolher as que quer resolver e as que não quer resolver.

De minha parte, recomendo que resolvam todas, pois foram criteriosamente selecionadas e são úteis para o estudo de vocês. Se não fossem, não estariam no nosso curso.

Na parte teórica seremos objetivos, todavia, sem deixar de fora nenhum conteúdo e sem nos esquecermos dos detalhes cobrados pelas bancas. Vamos ver as pegadinhas e as cascas de banana que são colocadas para escorregarmos na questão. Também vou usar figuras, tabelas, gráficos e mapas de forma a sintetizar e esquematizar o conteúdo.

Contudo, Atualidades é uma disciplina extremamente dinâmica, especialmente no que ocorre no seu dia a dia. É uma tarefa hercúlea manter um curso de Atualidades sempre atualizado. Para suprir essa lacuna, mensalmente realizamos um aulão ao vivo, gratuito, de retrospectiva do mês anterior. Essas aulas são realizadas pelo canal do Estratégia Concursos no YouTube. Elas ocorrem entre o dia 1º e o dia 03 de cada



mês. Uma semana antes, começam a ser divulgadas no site do Estratégia Concursos. Assim, é só você acompanhar a divulgação e se inscrever para participar da aula.

Portanto, caro aluno, além das apostilas e das videoaulas, você tem que necessariamente assistir aos meus aulões mensais de retrospectiva do mês anterior.

Para quem não conseguir assistir ou quiser assistir as aulas já realizadas, é só acessar o meu canal do YouTube. Abaixo de cada vídeo tem um link onde você pode baixar o pdf da aula. Aproveite e inscreva-se no meu canal.

Os aulões também são editados e postados neste curso enquanto ele permanecer ativo para o professor. Depois disso não é mais possível fazer a postagem.

Sem mais delongas, vamos aos estudos, porque o nosso objetivo é que você tenha um excelente desempenho em Atualidades.

Para isso, além de estudar, você não pode ficar com nenhuma dúvida. Portanto, não as deixe para depois. Surgindo a dúvida, não hesite em contatar-me no nosso Fórum.

Estou aqui neste curso, muito motivado, caminhando junto com você, procurando passar o melhor conhecimento para a sua aprendizagem e sempre à disposição no Fórum de Dúvidas.

Quem quiser também pode me seguir nas minhas redes sociais: **Instagram: profleandrosignori**, **Facebook: Leandro Signori Atualidades** e **YouTube: Leandro Signori**. Nelas, divulgo gabaritos extraoficiais de provas, publico artigos, compartilho notícias e informações importantes do mundo atual.

Ótimos estudos e fiquem com Deus!

Forte Abraço,

Professor Leandro Signori



QUESTÕES RELACIONADAS A FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS INTERNACIONAIS

1 – Blocos econômicos

Um pilar importante da globalização e do livre-comércio é a formação de **blocos econômicos**. Sob a economia globalizada, esses grupos reforçam a tendência de abrir as fronteiras das nações ao livre fluxo de mercadorias, ao reduzirem barreiras alfandegárias e coibir práticas protecionistas e regulamentações nacionais.

A formação de blocos econômicos acelerou o comércio mundial. Antes, qualquer produto importado chegava ao consumidor com um valor significativamente mais alto, em função das taxações impostas pelos países ao passar pelas suas alfândegas. Os acordos entre os países reduziram e, em alguns casos, acabaram com essas barreiras comerciais, processo conhecido como liberalização comercial.

Existem quatro modelos básicos de bloco econômico:

- **Área de livre-comércio** – Um grupo de países concorda em eliminar ou em reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países.

- **União aduaneira** – É uma área de livre comércio, na qual, além de abrir o mercado interno, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros.

- **Mercado comum** – É uma união aduaneira na qual, além de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores também podem circular livremente.

- **União econômica e monetária** – É o estágio final de integração econômica entre países. Além do livre-comércio, da tarifa externa comum e da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores, os países-membros adotam uma moeda comum e a mesma política de desenvolvimento.

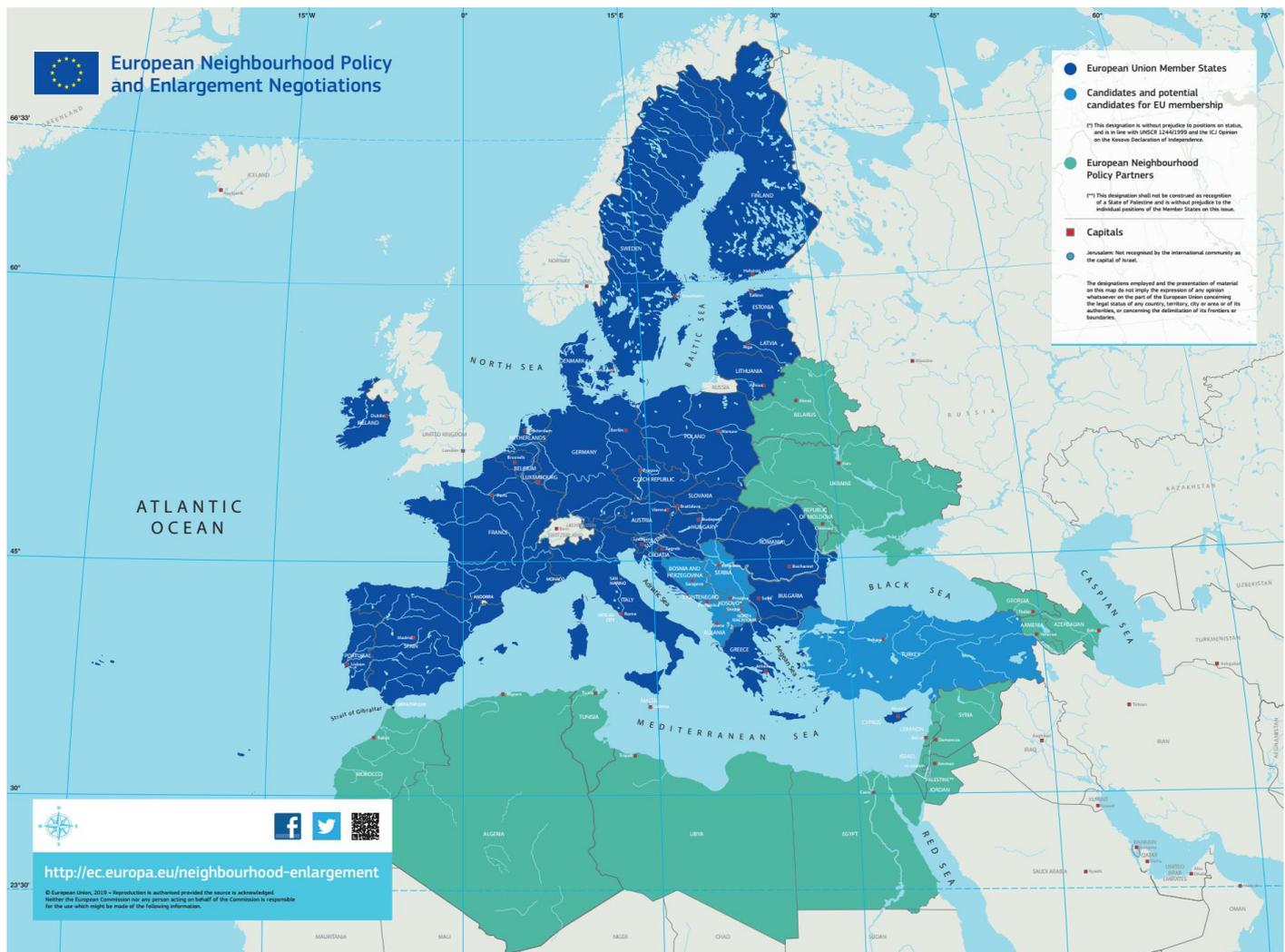
Vejamos os principais blocos econômicos regionais, ou melhor, aqueles que caem nas provas.

1.1 União Europeia

A União Europeia (UE) representa o estágio mais avançado do processo de formação de blocos econômicos no contexto da globalização. Constitui-se em uma união econômica e monetária, com 27 países membros (Estados-partes): Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia e Suécia.



No mapa a seguir, podem ser visualizados os países que fazem parte do bloco econômico, estão em azul (European Union Member States):



As origens da União Europeia remontam à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em 1951, por Alemanha Ocidental (na época, a atual Alemanha estava dividida em Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental), França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Em 1957, esses países criaram a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Nos anos que se seguiram, o território da UE foi aumentando de dimensão por meio da adesão de novos Estados-membros, ao mesmo tempo que aumentava a sua esfera de influência por meio da inclusão de novas competências políticas. O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, que entrou em vigor em 1993, instituiu a denominação atual de União Europeia.

O **Euro**, moeda única do bloco, não é adotada por todos os países. Adotam o Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal e República da Irlanda.

No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas**. Os cidadãos do bloco econômico têm o direito de residir noutro país para procurar emprego e trabalhar sem necessitar de uma autorização de trabalho; permanecer noutro país da UE mesmo após ter deixado trabalhar e de usufruir do mesmo tratamento que os nacionais do país em questão no que se refere ao acesso ao emprego, condições de



trabalho e todos os outros benefícios sociais e fiscais. Os controles de passaporte foram abolidos no âmbito da UE. Um cidadão europeu pode entrar e sair livremente de um país do bloco, ali residir e trabalhar.

Contudo, há algumas restrições a esses direitos e em casos excepcionais podem ser retomados o controle das fronteiras pelos países.

Há também o **Espaço Schengen**, formado por 26 países, onde também vigora a **livre circulação de pessoas**. A diferença é que fazem parte dessa zona quatro países que não são membros da União Europeia e cinco países membros do bloco econômico não participam dela. No Espaço Schengen foram abolidos os controles de passaporte. Os cidadãos de Schengen podem viajar livremente sem ter que se submeter a controles nas fronteiras.

O fim dos controles das fronteiras internas da União Europeia e de Schengen foi acompanhado por um reforço das fronteiras externas: os Estados-membros que se localizam na linha de frente têm a responsabilidade de realizar rigorosos controles em suas fronteiras e fornecer, dependendo do caso, vistos de curta permanência.



Países que integram o Espaço Schengen

Estados-membros da União Europeia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Tcheca e Suécia.

Estados não membros da União Europeia: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

Estados da União Europeia que não integram o Espaço Schengen: Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia e Irlanda.

A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande afluxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tenciona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.

Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, com resistências a várias das políticas comuns do bloco. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de seus países do bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

O Brexit

O **Reino Unido** é um país formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte.



Em junho de 2016, por meio de um **plebiscito**, os britânicos decidiram **sair** da União Europeia, no que foi denominado de **“Brexit”**. O acrônimo é uma abreviação das palavras “British” (britânico, em inglês) e “exit” (saída, em inglês). Na votação, 52% dos eleitores votaram por sair, 48% por permanecer. A vitória do sair levou à renúncia do então primeiro-ministro David Cameron. **Theresa May** assumiu como primeira-ministra.

O artigo 50 do Tratado de Lisboa, um dos tratados constitutivos da União Europeia, regulamenta o processo de saída de um país do bloco econômico. O país que quer sair do bloco tem que notificá-lo formalmente. A partir daí, iniciam-se negociações sobre os termos da saída, que podem durar até dois anos.

O Reino Unido fez a notificação em 29 de março de 2017. A saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, mas isso não ocorreu. Os termos do acordo de saída negociado por Theresa May com o bloco europeu teriam que ser aprovados pelo parlamento britânico, que rejeitou a proposta por três vezes consecutivas. Devido a isso, Theresa May renunciou ao cargo de primeira-ministra.

No seu lugar, assumiu em julho de 2019, **Boris Johnson**, ex-ministro de Relações Exteriores e ex-prefeito de Londres. Ele prometeu que o Reino Unido sairia do bloco europeu até o final de outubro de 2019, com acordo ou sem acordo, o que também não ocorreu. Boris Johnson negociou com a União Europeia um ajuste no acordo de saída, que foi rejeitado pelo parlamento britânico. Além de não ter aprovado, a Câmara dos Comuns determinou ao primeiro-ministro que solicitasse um novo adiamento da saída do Reino Unido do bloco europeu, até **31 de janeiro de 2020**.

Porém, Johnson conseguiu aprovar o adiamento das eleições gerais do Parlamento britânico, realizadas em dezembro de 2019, vencidas pelo **Partido Conservador**, do primeiro-ministro, que conquistou a maioria dos assentos. Após a vitória eleitoral, o acordo do Brexit foi finalmente aprovado pelo parlamento britânico e **o Reino Unido saiu da União Europeia, COM ACORDO, em 31 de janeiro de 2020**. É uma **SAÍDA INÉDITA**, é a primeira vez que um país membro sai do bloco econômico.

Principais pontos do acordo do Brexit:

- **Fatura de saída do Reino Unido:** ficou acordado que o Reino Unido terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro já assumidos, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após o país já estar fora do bloco europeu. O valor destes compromissos foi calculado em 30 bilhões de libras esterlinas (R\$ 172 bilhões) que o Reino Unido terá de pagar como uma compensação financeira à União Europeia.

- **Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unido e dos britânicos vivendo na União Europeia:** cidadãos europeus que já estavam no Reino Unido antes do Brexit poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus).

Fora da União Europeia não há mais a livre circulação de pessoas entre o Reino Unido e os países do bloco. Assim, cidadãos europeus que quiserem residir e trabalhar no país têm que seguir as novas regras migratórias britânicas. O mesmo vale para cidadãos britânicos que quiserem residir e trabalhar na União Europeia, terão que seguir as regras migratórias do bloco europeu.

- **Fronteira entre a Irlanda e a britânica Irlanda do Norte:** ao longo do século XX, a organização terrorista Exército Republicano Irlandês (IRA) lutou pela independência da Irlanda do Norte do Reino Unido e a sua reanexação a República da Irlanda. Em 1998, foi assinado o **Acordo de Belfast**, também conhecido como Acordo da Sexta-Feira Santa, que pôs fim as hostilidades entre o IRA e o Reino Unido.



O acordo acabou com o controle da fronteira, permitindo a livre circulação de pessoas, do comércio, de serviços e de capitais entre os dois países, visando uma maior integração entre os irlandeses da ilha da Irlanda. A saída do Reino Unido da União Europeia implicaria na retomada do controle de fronteiras entre ambos, pois a República da Irlanda é um país membro da União Europeia. Havia um temor de que este controle de fronteira na ilha da Irlanda pudesse reavivar o movimento separatista na Irlanda do Norte.

Contudo, na negociação, o Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte. A livre circulação de pessoas, mercadorias e serviços continuará em vigor entre os dois países. Exemplo: uma mercadoria poderá sair da Irlanda e entrar livremente na Irlanda do Norte. Mas se essa mesma mercadoria sair da Irlanda do Norte em direção à Inglaterra, Escócia ou País de Gales terá que passar pelo controle aduaneiro britânico. O mesmo vale para um cidadão irlandês ou da União Europeia. Na ilha da Irlanda ele poderá circular livremente, mas se sair da Irlanda do Norte em direção aos demais países do Reino Unido vai passar pelo controle de migração e pelas regras migratórias britânicas.

Controle de circulação de produtos entre Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

Reino Unido sai da UE, mas Irlanda do Norte deve manter regime aduaneiro do bloco



Infográfico atualizado em: 29/10/2020



- **Período de transição:** em que o Reino Unido já estava fora da União Europeia, mas que continuava seguindo as regras comerciais do bloco. Nesse período, que terminou em **31 de dezembro de 2020**, as duas partes negociaram um acordo comercial.

Pelo acordo, **o país não fará mais parte do mercado único e nem da zona de livre circulação do bloco**. Parte expressiva do comércio entre ambos continuará livre de tarifas e cotas de exportação. Outra parte estará sujeita ao controle alfandegário, com tarifas aduaneiras e fiscais. A livre circulação de pessoas também deixou de existir. Valem as regras europeias para migrantes estrangeiros e as regras britânicas para migrantes estrangeiros.

Os direitos de pesca em mares britânicos foi um dos principais pontos de conflito entre os dois lados. Boris Johnson teve de ceder e autorizar que pescadores europeus continuem a ter acesso às águas britânicas durante um período transitório, que durará até junho de 2026, podendo pescar 75% do que pescam atualmente.

Para que o acordo fosse firmado, o Reino Unido precisou garantir que não vai alterar suas regras ambientais ou trabalhistas e nem subsidiar suas empresas, o que daria a eles uma vantagem que as concorrentes do continente não teriam. Nesse sentido, os apoios e subsídios estatais às empresas devem ser adequados e não permitir situações de vantagem no mercado.

1.2 MERCOSUL

Fundado em 1991, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é a mais abrangente iniciativa de integração regional da América Latina, surgida no contexto da redemocratização e reaproximação entre os países da região ao final da década de 1980. Os seus Estados-Partes (membros efetivos ou plenos) fundadores são a **Argentina**, o **Brasil**, o **Paraguai** e o **Uruguai**. A **Venezuela** (Estado-Parte) ingressou no bloco em 2012. O Paraguai foi suspenso do bloco em junho de 2012, mas retornou ao bloco em fevereiro de 2014.

Em dezembro de 2016, a **Venezuela foi suspensa do MERCOSUL**. Quando do seu ingresso no bloco, em 2012, foi concedido ao país um prazo de quatro anos para que adequasse a legislação e as normas internas aos acordos e tratados do bloco econômico. Findado o prazo, o país não cumpriu com a adequação de todas as normas e legislações necessárias à sua adesão como membro pleno do bloco. Dessa forma, a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL pelos demais países-membros.

Nova suspensão foi aplicada ao país, em agosto de 2017, com base na **cláusula democrática**, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma **ruptura na ordem democrática do país** e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.

As suspensões são políticas afetando o direito do país de votar, de ser votado e de exercer a presidência rotativa do bloco. Não afetam as trocas comerciais entre a Venezuela e os demais países do bloco. Os acordos comerciais continuam em vigor.

Para retornar como membro pleno do MERCOSUL, a Venezuela terá que solucionar internamente os fatores que deram causa às duas suspensões. Contudo, não confunda, o país não foi excluído do bloco, suspensão é diferente de exclusão.



Estados-Partes são os que participam dos acordos e tratados do Mercosul e possuem uma maior integração comercial. Possuem direito de voto, são os países que têm poder de decisão sobre os assuntos do bloco econômico.

O MERCOSUL conta, ainda, com **Estados Associados** (membros associados) e **Estados Observadores** (membros observadores). Os Estados Associados são a **Bolívia**, o **Chile**, o **Equador**, o **Peru**, a **Colômbia**, a **Guiana** e **Suriname**. Assim, podemos notar que o MERCOSUL abrange todos os países da América do Sul. México e Nova Zelândia também são Estados Observadores.

A **Bolívia** é um Estado Associado em processo de adesão ao bloco como Estado Parte. O Protocolo de Adesão de Bolívia ao MERCOSUL já foi assinado pela totalidade dos Estados Parte em 2015 e agora se encontra em vias de incorporação pelos congressos dos Estados-Parte.

Os membros associados fazem parte da área de livre comércio, mas não adotam a Tarifa Externa Comum (TEC). Portanto, não participam integralmente do bloco, aderem, apenas, a alguns acordos comerciais e não possuem poder de voto nas decisões do Mercosul. Podem participar na qualidade de convidado nas reuniões de organismos do bloco e podem assinar acordos sobre matérias comuns.

Um membro observador é aquele que apenas participa das reuniões do bloco, no sentido de melhor acompanhar o andamento das discussões, mas sem poder de participação ou voto.

Acordo de Livre Comércio com a União Europeia

Uma das críticas ao MERCOSUL são os poucos acordos de livre-comércio com outros países ou blocos econômicos. Desde o seu surgimento, o bloco econômico tinha conseguido negociar acordos comerciais somente com o Egito, Israel e Palestina, de pouca representação no comércio mundial.

Contudo, em 28 junho de 2019, em Bruxelas, MERCOSUL e União Europeia assinaram um acordo de livre comércio, após 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos.

As conversas começaram em 1999, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foram interrompidas em 2004, relançadas em 2010 e se aprofundaram durante o governo de Michel Temer (2016-2019) até serem concluídas, conforme já dissemos, em junho de 2019.

O acordo MERCOSUL-União Europeia será uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. Porém, vai levar algum tempo para entrar em vigor.

O acordo terá que ser internalizado no ordenamento jurídico da União Europeia e do MERCOSUL. Isso implica ser aprovado no Parlamento Europeu e nos parlamentos nacionais de todos os países dos dois blocos econômicos e ser ratificado pelos poderes executivos. Após as aprovações e ratificações, a redução de tarifas entre os blocos entra em vigor, mas de forma gradativa, ao longo de dez anos.

Aspectos econômicos

O acordo de livre-comércio envolve os 27 países da União Europeia e quatro países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). Os dois blocos juntos reúnem cerca de 780 milhões de pessoas e 25% do PIB mundial.



A expectativa é de que haverá um incremento do PIB brasileiro de R\$ 87,5 bilhões em 15 anos, podendo chegar a R\$ 125 bilhões se consideradas a redução das barreiras não tarifárias.

O acordo também pode proporcionar uma retomada de fôlego nas relações comerciais entre Brasil e União Europeia. Ao longo dos últimos anos, os europeus têm perdido espaço nas exportações brasileiras. Hoje, a UE representa menos de 20% dos destinos dos produtos brasileiros. Nos anos 1990, representou quase um terço.

O bloco europeu é o segundo maior parceiro comercial do Mercosul, atrás da China. A corrente de comércio entre os dois blocos foi de mais de US\$ 90 bilhões em 2018. O Mercosul vende, principalmente, produtos agropecuários para a UE. Já os europeus exportam principalmente produtos industriais, como autopeças, veículos e farmacêuticos.

Principais pontos

Conforme o que já foi divulgado, os principais pontos do acordo são os seguintes:

Temas tarifários

- Produtos agrícolas brasileiros, como suco de laranja, frutas, café solúvel, peixes, crustáceos e óleos vegetais terão tarifas eliminadas;
- Exportadores brasileiros também terão acesso preferencial para carnes bovina, suína e de aves, açúcar, etanol, arroz, ovos e mel;
- Produtos industriais do Brasil serão beneficiados com a eliminação de 100% nas tarifas de exportação;
- Produtos europeus terão tarifas de exportação eliminadas para diversos setores. Na lista estão veículos e partes, maquinários, produtos químicos e farmacêuticos, vestuário e calçados e tecidos;
- Chocolates e doces, vinhos e outras bebidas alcoólicas e refrigerantes provenientes da União Europeia terão tarifas reduzidas;
- Haverá cotas para importação sem tarifas de produtos lácteos, como queijos, da UE.

Temas não tarifários

- Acordo vai ampliar o grau de liberalização do comércio de serviços. Nesse grupo estão incluídos, os setores de telecomunicações, serviços financeiros, entre outros;
- Nas compras governamentais, haverá maior concorrência em licitações públicas;
- Haverá redução no custo dos trâmites de importação, exportação e trânsito de bens;
- Os blocos vão se comprometer a desburocratizar e reduzir os custos no comércio entre as duas regiões;
- Mercosul e UE se comprometem a reduzir entraves de medidas sanitárias e fitossanitárias;
- Blocos se comprometem a reconhecerem a propriedade intelectual de diversos produtos.

Comércio e desenvolvimento sustentável



Os dois blocos reiteraram os seus compromissos com os acordos multilaterais ambientais e com o respeito aos direitos trabalhistas e proteção dos direitos das populações indígenas.

O comunicado conjunto aponta que o acordo garante os melhores padrões de segurança alimentar e de proteção ao consumidor, e que contém compromissos específicos em relação a direitos trabalhistas e proteção ambiental – incluindo a implantação do **Acordo do Clima de Paris**.

Acordo de livre comércio com a EFTA

Em agosto de 2019, o Mercosul anunciou que fechou um novo acordo comercial com países do hemisfério norte, desta vez com a EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio, formada por Noruega, Suíça, Liechtenstein e Islândia.

A região da EFTA tem o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do mundo e tem um PIB conjunto de US\$ 1,1 trilhão, duas vezes o PIB da Argentina, que é um dos principais parceiros do Brasil.

Ainda não há data para o tratado começar a vigorar. Antes disso, ele precisa ser ratificado pelos oito países envolvidos.

1.3 Parceria Econômica Regional Abrangente

Em novembro de 2020, quinze países da Ásia e da Oceania assinaram um acordo para formar a **maior associação comercial do mundo**. Trata-se da **Parceria Econômica Regional Abrangente** (*Regional Comprehensive Economic Partnership*, ou RCEP, sigla em inglês), que reúne cerca de um terço da população mundial e aproximadamente 30% do PIB global.

Assinaram o acordo **China, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia**, juntamente com os dez países que compõem a **Associação de Nações do Sudeste Asiático** (Asean): Indonésia, Tailândia, Singapura, Malásia, Filipinas, Vietnã, Myanmar, Camboja, Laos e Brunei.

A **Índia** fez parte das negociações, mas desistiu por temer que a redução das tarifas prejudicasse seus produtores.

A aliança elimina tarifas sobre grande parte dos bens trocados entre os membros pelos próximos 20 anos. Como boa parte dos participantes são países industrializados e tecnologicamente avançados, juntamente a outros que apresentam uma mão de obra ainda de baixo custo, pode-se esperar um fluxo comercial muito intenso.

O acordo também inclui proteções sobre propriedade intelectual e capítulos sobre investimentos e comércio de bens e serviços. Além disso, estipula mecanismos para a resolução de disputas entre os países.

A ideia do RCEP nasceu em 2012, concebida como uma forma de a China se opor à influência que os Estados Unidos vinham exercendo na região durante o governo de Barack Obama.



Os EUA lideraram a formação da **Parceria Transpacífica** (TPP, na sigla em inglês), da qual faziam parte 12 países da bacia do Pacífico na Ásia e na América. Além dos norte-americanos, estavam no TPP o México, o Chile, o Peru, a Austrália, o Japão, a Nova Zelândia, entre outros países, mas não a China.

Para os Estados Unidos e o Japão, o Tratado representaria uma oportunidade de ficarem à frente da China e de criarem uma zona econômica na bacia do Pacífico capaz de contrabalançar o peso econômico dos chineses na região.

Contudo, ao assumir a presidência, Donald Trump retirou os Estados Unidos do TPP, o que inviabilizou a continuidade do bloco. O argumento de Trump, para a saída dos EUA foi o de que o acordo continha termos que eram prejudiciais à economia norte-americana e aos trabalhadores do país.

Enquanto o TPP se concentrava na redução de barreiras não tarifárias (proteção do meio ambiente, padrões para investimento estrangeiro), a RCEP dá ênfase principalmente às tarifas, sem a preocupação com proteções dos direitos trabalhistas, oferecidas pelo tratado promovido originalmente pelos EUA.

A assinatura do RCEP representa uma grande vitória para a China, que consolidará sua influência na Ásia, em detrimento dos Estados Unidos.

2 – A questão Israel-Palestina

A Palestina, uma região historicamente disputada, corresponde aos territórios do Estado de Israel, Cisjordânia e Faixa de Gaza. Conforme a tradição Bíblica, os judeus chegam a Canaã em 2000 a.C. As duas diásporas judaicas (expulsões forçadas) levaram o povo judeu a se espalhar pelo mundo. Geralmente se atribui o início da primeira diáspora judaica ao ano de 586 a.C., quando o Imperador Nabucodonosor, da Babilônia, destrói Jerusalém e deporta os judeus para a Mesopotâmia. A segunda diáspora judaica, ocorre em 70 d.C, quando o general romano Tito destrói Jerusalém, fazendo com que os judeus se espalhem pela Ásia, Europa e África. Os árabes chegam depois, vão ocupar a Palestina em 636 d.C.

O Estado de Israel tem sua origem no sionismo (de Sion, colina da antiga Jerusalém), movimento surgido na Europa no século XIX, com objetivo de criar uma pátria para o povo judeu. Colonos judeus da Europa Central e Oriental, onde o antisemitismo (discriminação contra os judeus) era mais intenso, instalaram-se na Palestina, que tinha então população majoritariamente árabe.

O apoio internacional à criação de um Estado judaico aumentou depois da II Guerra Mundial, ao ser revelado o genocídio de cerca de 6 milhões de judeus nos campos de extermínio nazistas, o Holocausto. Em 1947, a Organização das Nações Unidas aprovou a partilha da Palestina em dois Estados – um para os judeus, com 53% do território, outro para os árabes, com 47%. A cidade de Jerusalém permaneceria sob administração internacional. Estes últimos rejeitaram o plano.

Em 14 de maio de 1948, foi criado o Estado de Israel. Imediatamente, cinco países árabes – Egito, Síria, Transjordânia (atual Jordânia), Iraque e Líbano – enviaram tropas para impedir sua fundação. Com o respaldo dos Estados Unidos e da União Soviética, Israel conseguiu derrotar esses exércitos, e a guerra se encerrou com um armistício assinado em janeiro de 1949.



O novo Estado ampliou seus domínios em relação às fronteiras originais aprovadas pela ONU. Com a vitória, Israel passou a ocupar 75% da Palestina, e mais de 700 mil árabes palestinos foram expulsos. Esses acontecimentos são lembrados até hoje por eles como a *nakba*, palavra árabe que significa “catástrofe”.

Ao fim da guerra, além da expansão de Israel, o Egito havia ocupado a Faixa de Gaza e a Transjordânia anexara Jerusalém Oriental e Cisjordânia (o nome do país passou a ser Jordânia). Com isso, os palestinos ficaram sem território, tornando-se refugiados na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e nos países árabes vizinhos, ou migrando para longe.

Em 1967, diante da aliança militar entre Egito, Síria e Jordânia, Israel, fortemente armado pelos EUA, atacou os três países na Guerra dos Seis Dias. Passou, então, a controlar a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, a Faixa de Gaza e a Península do Sinai (que seria devolvida ao Egito em 1982), além das Colinas de Golã, território da Síria ocupado até hoje.

A população árabe-palestina passou a lutar pela configuração de novas fronteiras e pelo reconhecimento de um Estado palestino independente. Em 1964, exilados no Líbano fundaram a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Em 1988, autoproclamaram seu Estado com o nome de Autoridade Nacional Palestina (ANP).

Depois de muitas guerras e duas intifadas (rebeliões palestinas), os acordos de paz assinados entre os países afirmaram a autonomia dos palestinos na Faixa de Gaza e em parte da Cisjordânia.

Os Acordos de Oslo (1993-1995), assinados entre palestinos e israelenses, com mediação dos EUA, traçaram a meta de dois Estados: um judeu (Israel) e um palestino, formado pela Faixa de Gaza e pela Cisjordânia, ambas ocupadas pelos israelenses em 1967. Definiram ainda a criação da Autoridade Nacional Palestina, como embrião do futuro Estado.

Evolução territorial

■ Área histórica da Palestina ■ Estado árabe ■ Estado judeu

1921

Domínio britânico



Sob controle britânico desde o final da I Guerra Mundial, o território árabe da Palestina recebe importante imigração de judeus. O movimento sionista se propõe a fundar um Estado judeu na região.

1947

Proposta da ONU



Após a II Guerra Mundial, a ONU aprova a proposta de partilha da região em dois Estados: um judeu e um árabe.

1948

Fundação de Israel



Ao final da Guerra de Independência, Israel ocupa a maior parte da Palestina, e os palestinos ficam sem Estado.

1967

Após a Guerra dos Seis Dias



Na Guerra dos Seis Dias, Israel derrota Egito, Síria e Jordânia e ocupa territórios vizinhos: as Colinas de Golã (Síria), a Cisjordânia (Jordânia), a Faixa de Gaza e a Península do Sinai (Egito). Em 1982, devolve o Sinai.

1993

Tratado de Oslo



Com os acordos de Oslo, os palestinos passam a ter autonomia relativa em partes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

Nos primeiros anos, após a assinatura dos Acordos, houve alguns avanços na sua implementação. Posteriormente, a situação voltou a se deteriorar e a implementação dos Acordos de Oslo não se viabilizaram mais, havendo, inclusive, retrocessos.

O Estado palestino independente ainda não se concretizou e os palestinos estão separados, de Israel e entre si, em 21 enclaves. Essa situação perturbou todas as atividades econômicas, pois, decorridos mais de 70 anos, os territórios palestinos ocupados apresentam grande deterioração econômica e baixa qualidade de vida.

Apesar de ter sido considerado ilegal pela Assembleia Geral da ONU, **Israel construiu um muro na Cisjordânia com mais de 9 metros de altura, controlando a entrada de não judeus em território israelense.** Esse paredão restringe o direito de ir e vir, anexa áreas palestinas a Israel e impede a circulação normal de pessoas na cidade de Jerusalém.

Atualmente, os palestinos do Hamas (grupo mais radical, com um braço armado, fortemente hostil a Israel) controlam a faixa de Gaza, enquanto a Autoridade Palestina (menos refratária ao Ocidente e a acordos de paz com Israel) domina partes da Cisjordânia, entre elas a cidade de Belém.

Desde 1967, Israel implanta **colônias judaicas na Cisjordânia**, onde hoje vivem cerca de 500 mil judeus em mais de cem assentamentos, em meio a 3 milhões de palestinos. Israel também tem instalado **colônias judaicas no setor oriental de Jerusalém** para justificar a sua soberania sobre a área. Colonos israelenses instalam-se, expulsam os palestinos e formam povoações. **Os palestinos consideram inaceitáveis a continuidade, a ampliação dos assentamentos e o confisco de suas terras na região.**

Ponto de honra para os árabes nas negociações é o **direito ao retorno dos palestinos expulsos de Israel e seus descendentes pelas guerras** de 1948 e dos Seis Dias (1967). O governo israelense não aceita sequer debater a sua volta, pois o eventual regresso colocaria em xeque a própria existência de Israel tal como é hoje.

São mais de 5 milhões de pessoas que vivem de forma precária em campos de refugiados superpovoados. Segundo a ONU, é o maior contingente de refugiados do mundo. Os países árabes onde se situam os campos mal garantem o mínimo para sua sobrevivência. Os palestinos continuam reivindicando o retorno às antigas casas e a devolução de suas posses, mas Israel resiste em aceitar a ideia.

A questão demográfica preocupa o país, pois o número de palestinos residentes em Israel e nos territórios palestinos somados já ultrapassou o número de judeus israelenses.

Em 2012, a ONU concedeu à Palestina a condição de “Estado observador não membro”. Mais de 140 Estados, inclusive o Brasil, reconhecem o Estado da Palestina.

A questão de Jerusalém

Jerusalém é uma cidade sagrada para as três grandes religiões monoteístas do mundo: cristianismo, islamismo e judaísmo. Na parte oriental está a cidade velha que abriga o Muro das Lamentações (ruínas do antigo Templo de Salomão), local sagrado do Judaísmo; a Esplanada das Mesquitas, onde se localizam a mesquita de Al-Aqsa e o Domo da Rocha e a Igreja do Santo Sepulcro (local onde Jesus Cristo teria sido crucificado, sepultado e ressuscitado).

Segundo a tradição islâmica, na noite da destinação, Maomé foi transportado de Meca para Jerusalém, no local onde se encontra o Domo da Rocha, ascendeu aos céus, conversou com os profetas e recebeu o Alcorão. Desceu novamente ao local onde se encontra o Domo da Rocha, foi transportado para Meca e ali anunciou



a nova religião. Isso faz de Jerusalém, a terceira cidade mais sagrada para o Islamismo, atrás de Meca e de Medina, na Arábia Saudita.

Os judeus denominam a Esplanada das Mesquitas de Monte do Templo, pois elas foram construídas exatamente no local onde se situava o antigo Templo de Salomão.

Após a partilha da Palestina, pela ONU, em 1948, Jerusalém foi colocada sob administração internacional. Na guerra da independência, Israel conquistou a parte ocidental da cidade. A parte oriental ficou sob o controle da Jordânia.

Em 1967, na Guerra dos Seis Dias, Israel conquistou a parte oriental da cidade. Em Jerusalém estão sediados os poderes executivo, legislativo e judiciário de Israel, que a considera como a capital eterna e indivisível dos judeus.

A ONU considera que Israel ocupa ilegalmente a totalidade de Jerusalém e orienta que nenhum país instale a sua embaixada na cidade. Os **palestinos** consideram **Jerusalém como a capital de um futuro Estado próprio, reivindicando para isso a parte oriental da cidade.**

Em dezembro de 2017, o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reconheceu Jerusalém como capital de Israel e anunciou a transferência da embaixada americana de Tel Aviv, primeira capital israelense, para a cidade. A decisão dos Estados Unidos levou a muitas manifestações contrárias da comunidade internacional e da unanimidade dos países islâmicos. A embaixada, em Jerusalém, foi inaugurada em maio de 2018, no mesmo dia que se comemorou os 70 anos de fundação do Estado de Israel.

Além dos Estados Unidos, a Guatemala também transferiu a sua embaixada para Jerusalém, reconhecendo a cidade como capital de Israel. Em março de 2019, Romênia e Honduras reconheceram Jerusalém como capital de Israel. O primeiro anunciou a transferência da sua embaixada e o segundo a abertura de um escritório comercial na cidade.

Conflitos em 2021

No mês de maio de 2021, irrompeu uma nova série de enfrentamentos entre judeus israelenses, árabes palestinos e árabes israelenses. Foram as hostilidades mais intensas, desde o conflito de 2014, entre Israel e o Hamas. Em 2008, 2012 e 2018 também houve conflitos bélicos entre as partes.

A escalada de violência teve origem nas ameaças de despejo de famílias palestinas de Sheikh Jarrah, um bairro onde vive população de maioria árabe, ao lado dos muros da Cidade Velha de Jerusalém.

Uma decisão do judiciário israelense deu ganho de causa para que judeus possam reivindicar a posse de imóveis que ficam nesse bairro e que eram de propriedade de seus familiares antes da guerra de 1948. Ao fim da guerra, palestinos que viviam na área controlada por Israel foram expulsos e realocados na Cisjordânia. O inverso ocorreu com judeus israelenses que vivem em Jerusalém oriental. Ocorre, que o mesmo direito não é concedido para familiares de palestinos que foram expulsos de suas propriedades onde hoje é Israel.

Somado a isso, houve a severa vigilância israelense dos palestinos durante o Ramadã, o mês sagrado dos muçulmanos. Foram usados spray de pimenta e granadas de choque dentro da Mesquita de Al-Aqsa.



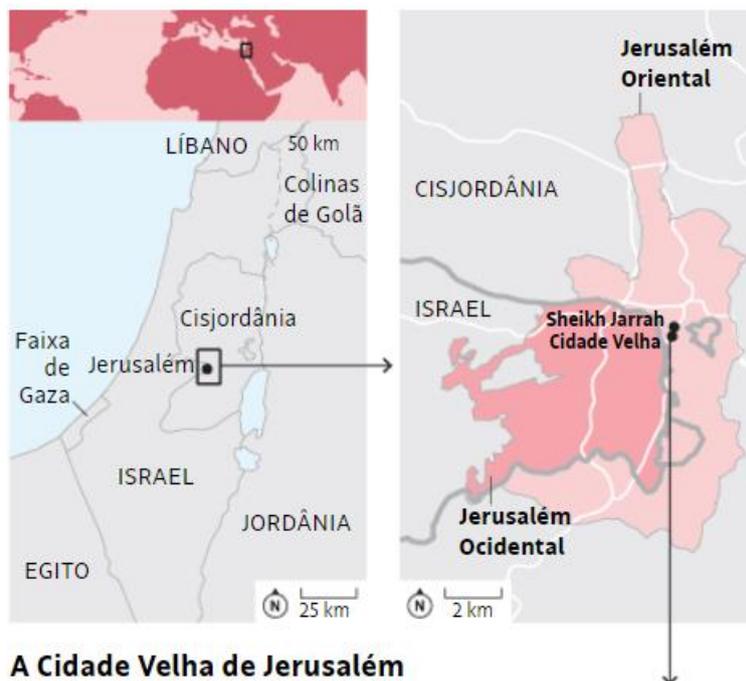
O Hamas emitiu um ultimato incomum a Israel para remover suas forças da Esplanada das Mesquitas e de Sheikh Jarrah. Israel não acatou a ordem, e o Hamas iniciou, então, o disparo de foguetes contra Israel, que foram em grande parte interceptados pelo poderoso sistema antimísseis israelense, chamado Domo de Ferro.

Em resposta, o Exército israelense intensificou suas operações contra as infraestruturas das milícias do Hamas e da Jihad Islâmica com fogo de artilharia desde a fronteira com a Faixa de Gaza e o bombardeio de seus aviões. Nos dias seguintes, novas ações militares foram realizadas por ambos lados.

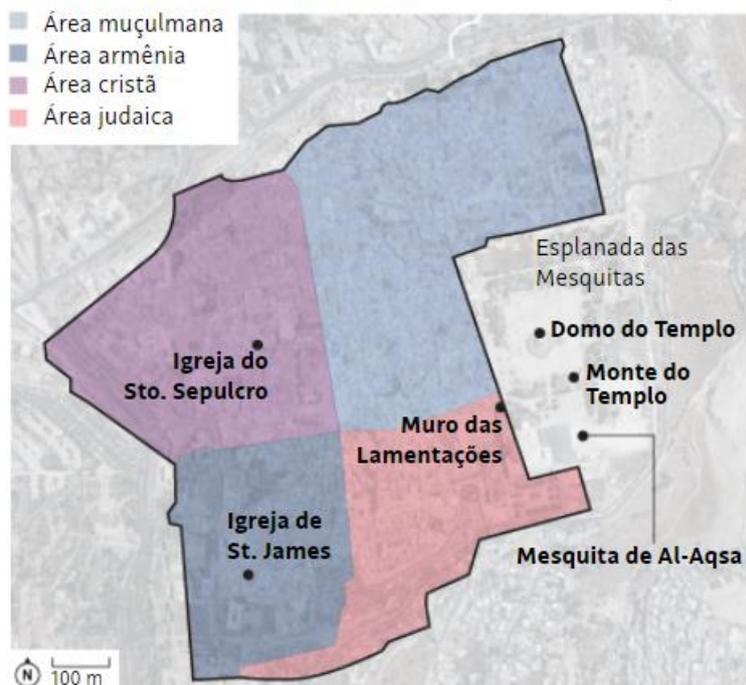
Árabes israelenses também protestaram em cidades israelenses onde compõem uma minoria significativa. Houve episódios de violência, repressão policial e conflitos com protestos de judeus. As manifestações se espalharam por cidades da Cisjordânia.

Após 11 dias de conflito, foi anunciado um cessar-fogo, que foi mediado pelo Egito. Segundo estimativas da ONU, cerca de 240 pessoas morreram durante o conflito, a maioria palestinos. Dentre esses, estão 65 crianças. A Organização também estima que 52.000 palestinos foram deslocados após os ataques aéreos destruírem ou danificarem cerca de 450 edifícios na Faixa de Gaza. Entre esses prédios, estavam 6 hospitais e 9 centros de saúde primários, bem como uma usina de dessalinização, afetando o acesso à água potável para cerca de 250 mil pessoas.





A Cidade Velha de Jerusalém



3 - Líbano - megaexplosão e crise

No dia 4 de agosto de 2020, uma forte explosão na região portuária de Beirute, capital do Líbano, deixou mais de uma centena de mortos, milhares de feridos, e agravou a crise política, econômica e social já existente no país.

A explosão, que produziu uma enorme nuvem em formato de cogumelo, foi causada pela detonação de 2,7 mil toneladas de **nitrato de amônio**, que estava armazenado no porto sem as devidas medidas de segurança.

O nitrato de amônio é um composto que pode ser usado como fertilizante na agricultura, mas também na fabricação de explosivos. Se não estiver armazenado nas condições corretas, como parece ter sido o caso, pode ser muito perigoso.

Investigações sobre a origem do material apontam para um navio de um armador russo, com bandeira da Moldávia, que fez uma parada de emergência no porto de Beirute devido a problemas técnicos. O navio saiu da Geórgia com destino a Moçambique e carregava uma carga de 2.750 toneladas de nitrato de amônio.

Autoridades de Beirute impediram o navio de seguir viagem. Com isso, a tripulação abandonou o barco. A carga, então, foi colocada em um armazém no porto.

Ao longo dos últimos anos, chefes da alfândega libanesa teriam enviado ao menos seis cartas à Justiça e a outras autoridades pedindo que fosse dado um destino ao material, mas não obtiveram respostas.

Apesar dos repetidos alertas feitos sobre o perigo de se manter o nitrato de amônio sem as medidas de segurança exigidas, seus avisos foram ignorados. Especulações sobre ataques terroristas foram levantadas, mas, ao que tudo indica, tratou-se apenas de negligência por parte das autoridades e serviço portuário libanês.

Manifestações

Nos dias subsequentes à tragédia, manifestações se propagaram pelo país. Uma combinação de crise político-econômica constante, em meio à pandemia, e ao episódio da explosão, aumentou a insatisfação popular com o governo do país. A pressão levou à queda do governo do então primeiro-ministro Hassan Dia.

Ainda antes da explosão e da crise do coronavírus, grandes manifestações já ocorriam no país. Em outubro de 2019, após o governo anunciar que taxaria ligações feitas pelo WhatsApp, centenas de milhares de libaneses foram às ruas protestar contra a medida. Então, a insatisfação dos libaneses já era crescente, e este foi apenas o estopim para que as manifestações crescessem e tomassem as ruas do país.

O Líbano vive, há anos, um cenário de eminente colapso econômico. Acumula uma das maiores dívidas públicas do mundo (o equivalente a 370 bilhões de reais, 150% de seu PIB), sua moeda sofre constantes desvalorizações, e está entre os países com a maior desigualdade econômica do mundo.

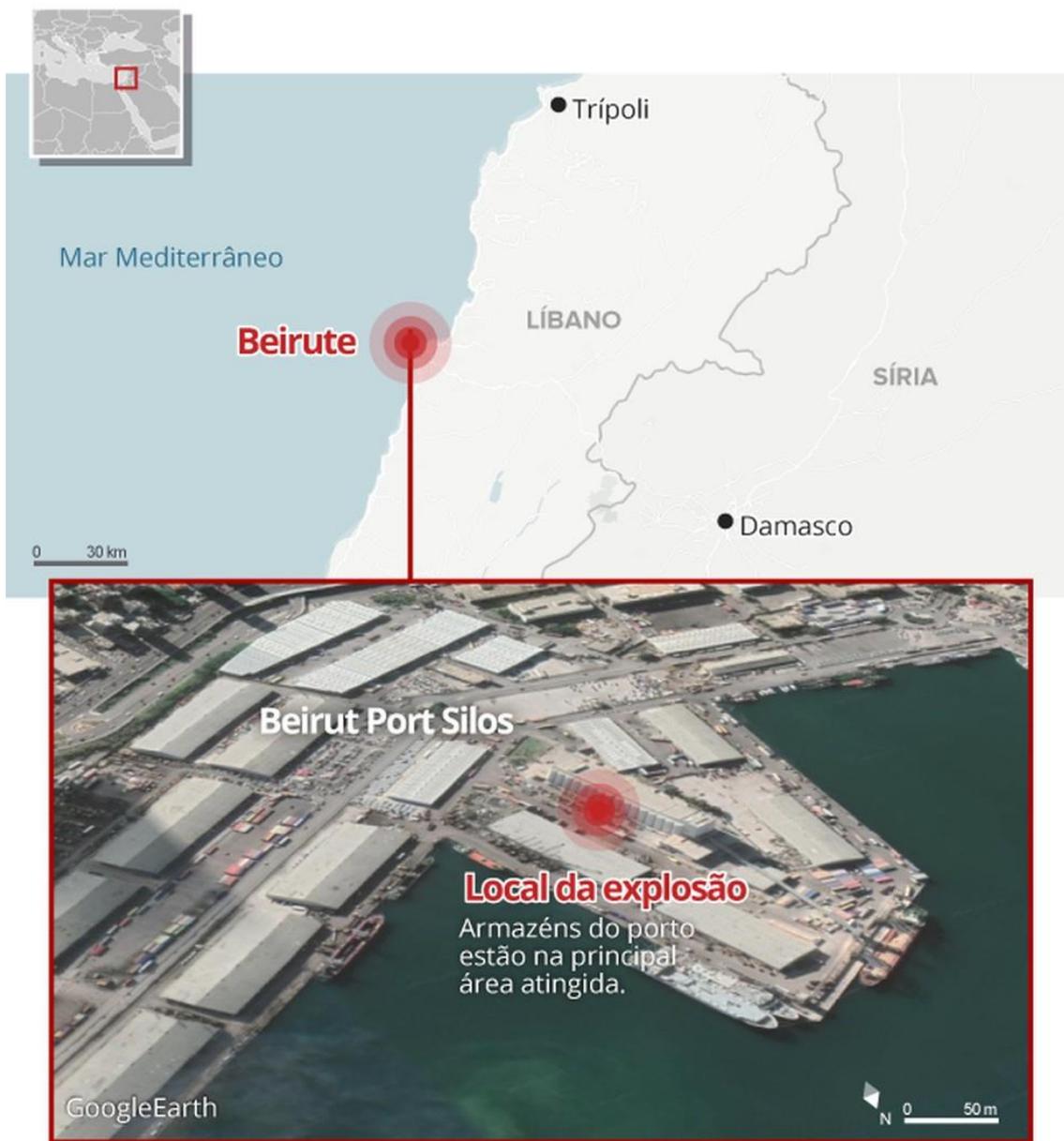
Como se não bastasse, o país ainda sofre com grandes esquemas de corrupção, que o colocam como um dos mais corruptos do mundo, segundo ranking da Transparência Internacional.

Além das vidas perdidas e estruturas danificadas, a megaexplosão representou um sério problema de abastecimento para o país. Pelo porto, que é o maior do Líbano, chegam mais da metade das importações libanesas. O país é extremamente dependente de importações, como o trigo, fundamental para garantir o abastecimento alimentar, já que a produção nacional cobre pequena parcela do consumo nacional. Grande parte do combustível e medicamentos também necessita de importação.



Explosão em Beirute

Coluna de fumaça foi vista a quilômetros de distância



Infográfico elaborado em: 04/08/2020

Contexto histórico-político

O Líbano é um dos países mais complexos e divididos do Oriente Médio. Apresenta uma grande diversidade de etnias e religiões que habitam o mesmo espaço territorial, devido às fronteiras coloniais estabelecidas pela França, da qual o país somente se tornou independente em 1943.



Dezoito comunidades religiosas diferentes vivem no seu território, mas os maiores grupos são de **cristãos (de várias denominações)**, **muçulmanos xiitas e sunitas** e **drusos** (membros de uma seita maometana, à parte do restante dos muçulmanos).

Além disso, o Líbano abriga muitos refugiados de regiões próximas, sobretudo palestinos e sírios, que pressionam os cofres libaneses e os já ineficientes serviços públicos. Estão no país cerca de 1,5 milhão de refugiados sírios e mais de 400.000 palestinos, o que faz do Líbano um dos países com o maior número de refugiados por mil habitantes.

De 1975 a 1990, o país passou por uma sangrenta **guerra civil**, disputada entre a coalizão druso-muçulmana, apoiada pelos palestinos e pela esquerda, e a aliança maronita cristã, de direita.

Durante o conflito, o Líbano se tornou campo de batalha para disputas travadas entre Israel e seus opositores da região, entre eles a Síria, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e o Irã.

Segundo o **Acordo de Taif**, firmado em 1989, como um passo para encerrar a guerra civil, os assentos no Parlamento se repartem de forma igualitária entre grupos cristãos e muçulmanos.

Da mesma maneira, existe um acordo não escrito segundo o qual o presidente deve ser sempre um cristão maronita; o primeiro-ministro, um muçulmano sunita; e o presidente do Parlamento, um muçulmano xiita.

Assim, cada vez que é formado um governo, o chefe de Estado, em consulta com o presidente do Poder Legislativo e com forças parlamentares, convida um muçulmano sunita para formar governo. Em seguida, os diferentes ministérios são distribuídos a fim de refletir o balanço de poder entre os diferentes grupos religiosos.

Para críticos e analistas políticos, essa complexa divisão sectária do poder tem impedido que um Estado central efetivo se estabeleça, uma vez que os líderes dos diferentes grupos sectários atuam mais de acordo com suas agendas parciais e seus próprios interesses.

Hezbollah

O Hezbollah ("Partido de Deus", em árabe) é uma poderosa organização política, social e militar, formada por **muçulmanos xiitas**. Seu poder militar é maior do que o próprio exército libanês.

O grupo surgiu em 1982, no contexto da guerra civil, por um grupo de clérigos muçulmanos, após a invasão israelense no Líbano. Recebeu apoio financeiro do Irã, numa campanha para expulsar as tropas israelenses e também para aumentar a influência xiita no país.

Com a retirada das tropas israelenses do Líbano, o seu braço armado continuou ativo. A hostilidade em relação a Israel e o fortalecimento dos xiitas são o seu principal campo de atuação. O Irã continua sendo o principal financiador do grupo, cuja milícia armada é de grande importância no apoio às ações geopolíticas iranianas no Oriente Médio.

O Hezbollah também possui participação ativa na política do Líbano, com vários deputados no parlamento e com cargos de alto escalão no poder executivo. Como organização social, fornece diversos serviços sociais nas áreas de saúde, educação e agricultura, e comanda uma influente emissora de TV, a al-Manar.



Classificado como grupo terrorista pelos Estados Unidos e outros países, o Hezbollah atua na Guerra civil da Síria, ao lado de Bashar al Assad, e, de tempos em tempos, envolve-se em conflitos contra tropas israelenses.

4 - Conflito em Nagorno-Karabakh

A região de Nagorno-Karabakh é alvo de uma disputa não resolvida entre o **Azerbaijão** e a **Armênia**. Localizada na Europa oriental e Ásia ocidental, nas montanhas do Cáucaso, **situada dentro do território do Azerbaijão**, e, reconhecida pelas leis internacionais como parte do país.

Mais de 90% de sua população é de etnia armênia. Esse povo habita a região desde o século II a.C. Nagorno-Karabakh historicamente pertenceu e foi controlado pelo povo armênio.

Karabakh é a tradução de uma palavra azerbaijana que significa 'jardim negro', enquanto Nagorno é uma palavra de raiz russa que significa 'montanhoso'. Mas os armênios preferem chamar a região de **Artsakh**.

O conflito está relacionado ao controle sobre a área e envolve divergências étnico-religiosas e um movimento independentista.

A Armênia possui população de maioria cristã, enquanto o Azerbaijão, de maioria muçulmana. A população de Nagorno-Karabakh busca a sua independência do Azerbaijão como uma república autônoma.

Em 1923, Armênia e Azerbaijão, dois países que recém haviam conquistado sua independência, foram anexados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e tornaram-se repúblicas socialistas associadas ao bloco.

Sob o domínio soviético, Nagorno-Karabakh foi transformada em uma região autônoma, mas situada dentro da República Socialista do Azerbaijão. Os armênios que ali habitavam passaram a ser parte de um Estado com outra língua, outra religião e outra cultura, e nunca aceitaram tranquilamente a anexação ao Azerbaijão.

Na era soviética, os conflitos na região permaneceram contidos pelo controle da URSS, haja vista que os dois países faziam parte de um país maior.

Com a crise do socialismo soviético, Armênia e Azerbaijão entraram em guerra por esse território. Em 1988, o conflito explodiu. Tropas armênias ocuparam Nagorno-Karabakh e também espaços adjacentes à área, situados dentro do território do Azerbaijão.

Em um referendo realizado em 1991, a esmagadora maioria dos eleitores residentes na região votou pela sua independência do Azerbaijão. Contudo, os azeris que habitam a região optaram por boicotar o referendo. Com a vitória, em janeiro de 1992, **Artsakh autodeclarou-se independente do Azerbaijão, mas nenhum país do mundo reconheceu essa independência**. A Armênia, desde então, tornou-se seu principal financiador e apoiador militar.





Em 1994, os armênios venceram militarmente o conflito, que não teve um fim formal, mas foi congelado em um cessar-fogo, ficando Nagorno-Karabakh, bem como partes do território do azerbaijano, sob controle armênio. Esse cessar-fogo foi acordado junto ao **Grupo de Minsk**, composto pela Rússia, França e Estados Unidos.

De 1988 a 1994, estima-se que 30 mil pessoas morreram no conflito.

A suspensão temporária das hostilidades durou até setembro de 2020, quando o Azerbaijão lançou uma ofensiva para retomar os territórios ocupados pelos armênios e conquistou uma série de vitórias.

Depois de mais de 40 dias em guerra e a morte de milhares de soldados, o presidente do Azerbaijão (Ilham Aliyev), o primeiro-ministro da Armênia (Nikol Pashinyan) e o presidente da Rússia (Vladimir Putin) chegaram a um novo acordo de cessar-fogo.

Pelo acordo, os enfrentamentos devem ser paralisados. Os armênios seguirão controlando a maior parte de Nagorno-Karabakh, mas o Azerbaijão pode permanecer com os territórios que ocupou na região, como a histórica cidade de Shusha. Além disso, a Armênia deverá desocupar os sete distritos azeris em torno da região, tomados na guerra entre os países de 1992 a 1994.

Os corredores que ligam a região separatista à Armênia serão controlados por, pelo menos, cinco anos, 2.000 soldados de uma força de paz russa. Moscou também irá patrulhar as rodovias que ligam o enclave azeri de Nakhichevan, no leste da Armênia.

O acordo significou uma derrota para a Armênia, o que levou milhares de habitantes do país a saírem às ruas para protestar contra o primeiro-ministro Nikol Pashinyan.



Apesar das tensões entre os dois países, o conflito também tem como plano de fundo os atritos entre Turquia e Rússia, que já disputam importantes espaços geopolíticos no mundo, como na Síria.

Sob governo de Recep Tayyip Erdogan, a Turquia tem apoiado o Azerbaijão, país de maioria étnica semelhante à sua. Os dois países possuem, atualmente, relações diplomáticas bastante aprofundadas. Por isso, a presença de militares russos em Nagorno-Karabakh, território do Azerbaijão, é de desgosto do governo turco.

Erdogan foi um aliado vital na ofensiva contra os armênios, fornecendo drones, caças, armamentos e tropas. Desta forma, o governo turco pressiona o Azerbaijão, para que permita também a presença de militares turcos na região.

Já as relações turcas com a Armênia não são nada boas. No início do século 20, cerca de um milhão e meio de armênios foram mortos por ordens do Império Turco-Otomano (que, posteriormente, tornou-se a Turquia), no processo conhecido como **genocídio armênio**.

Por outro lado, a Rússia possui relações próximas com a Armênia. Além de ter bases militares no país, ambos participam da **Organização do Tratado de Segurança Coletiva**, uma aliança militar assinada entre a Rússia e algumas ex-repúblicas soviéticas, que estipula que qualquer agressão contra um dos membros deve ser vista como uma agressão contra todos. Embora seja uma ex-república soviética, o Azerbaijão não faz parte desse tratado.

5 - Golpe Militar em Mianmar

Mianmar, antiga Birmânia, é um país localizado no sul da Ásia. Faz fronteira com a Índia, Bangladesh, Tailândia, Laos, China e o Oceano Índico.





Fonte: Guia do Estudante

No dia 1º de fevereiro, um golpe de estado derrubou o governo e deteve alguns de seus integrantes, como a líder política **Aung San Suu Kyi** e o presidente do país, Win Myint, estabelecendo, em seu lugar, um regime militar. Quem tomou o poder foi o general **Min Aung Hlaing**, chefe das forças armadas do país.

Trata-se de um golpe bastante duro, afinal, o país viveu uma longa ditadura militar, que durou de 1962 até 2011.

Os militares justificaram o golpe argumentando que as últimas eleições, realizadas em novembro de 2020, haviam sido fraudadas. No pleito, o partido **Liga Nacional pela Democracia (NLD, em inglês)**, partido de Aung San Suu Kyi, ganhou com ampla vantagem, com mais de 80% dos votos.

Para melhor entender a situação no país asiático, vamos fazer uma breve contextualização da história recente de Mianmar.

Mianmar foi colônia britânica por mais de 100 anos, tornando-se independente em 1948, com a participação fundamental do pai de Aung San Suu Kyi, **Bogyoke Aung San**.

Passados alguns anos, em 1962, os militares tomaram o poder no país.

Na década de 1980, movimentos populares contra o regime se intensificaram. **Filha do herói da independência de Mianmar**, a visibilidade de Suu Kyi cresceu ao se apresentar como uma das principais vozes de resistência contra a repressão do regime militar. Sua presença incomodou os militares, e Suu Kyi foi colocada em prisão domiciliar em 1989.



Contudo, sua prisão funcionou como um incentivo para as lutas da população, cujas manifestações continuaram pressionando o regime. A atenção internacional crescente conferiu a ela o **Prêmio Nobel da Paz, em 1991**.

Em 2010, o regime renunciou ao poder e autorizou a realização de eleições legislativas. O ex-general Thein Sein tornou-se presidente, anunciando um abrangente programa de reformas e a abertura do país asiático.

Nas eleições seguintes, em 2015, o partido de Suu Kyi, a NLD, venceu em peso. A Constituição impedia Aung San Suu Kyi de se tornar presidente, pois seu marido era estrangeiro, então, ela assumiu o cargo de **conselheira de Estado**, criado especialmente para ela, equivalente ao de primeiro-ministro.

A vitória de Suu Kyi, uma defensora dos direitos humanos, foi muito bem vista no plano nacional e internacional, com boas expectativas. Contudo, acabou sendo sucedida de uma desilusão, pois ela não fez nada para impedir a expulsão de milhares de **rohingyas**, que estão sendo expulsos e massacrados pelo exército de Mianmar.

Em Mianmar, a maioria da população é adepta do budismo. Há também alguns grupos minoritários, dentre os quais se destacam os rohingyas, que seguem o islamismo, correspondendo a 5% da população.

Desde 2016, mais de 700 mil rohingyas fugiram do país, indo principalmente para Bangladesh, onde relataram atrocidades dos militares, incluindo massacres e estupros. A ONU classificou a situação como "limpeza étnica".

Aung San Suu Kyi só se manifestou sobre esses episódios muito tarde e de maneira reticente, o que, aos olhos de diversos ativistas dos direitos humanos e antigos apoiadores, a transformou em cúmplice dos militares. Em consequência, foram-lhe retiradas algumas condecorações e prêmios, entre os quais o da Anistia Internacional.

Mesmo fechando os olhos para a situação dos rohingyas, a sua popularidade no país é enorme, haja vista que o seu partido ganhou as eleições de 2020 com ampla vantagem.

Protestos contra o golpe

Desde o golpe do dia 1º de fevereiro, manifestações regulares têm tomado conta das ruas das principais cidades do país. Milhares de manifestantes foram detidos, incluindo jornalistas, que retratam para o mundo como o exército está respondendo de forma brutal aos protestos. Centenas de manifestantes foram mortos.

O exército estabeleceu estado de emergência, que deverá durar pelo menos um ano, e prometeu eleições limpas em troca do cargo, mas não disse quando isso ocorrerá.

A junta militar também tem bloqueado redes sociais para impedir a organização de mobilizações, ao mesmo tempo em que reformou leis para subtrair direitos fundamentais e permitir detenções arbitrárias.

A reação internacional tem sido de condenação dura à junta militar. O Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) se reuniu, um dia após o golpe, a pedido do Reino Unido, para discutir a situação. No encontro, a China bloqueou a aprovação de um comunicado condenando o golpe de estado.



6 – Estados Unidos

Por ser a maior economia do mundo e a maior potência militar do planeta, o que ocorre nos Estados Unidos interessa bastante ao mundo como um todo. O país também é o mais importante ator da política internacional, e o seu poder, a sua influência e a sua liderança se espalham por todo o globo.

Nas eleições presidenciais de 2020, **Joe Biden** candidato do **Partido Democrata**, foi eleito presidente dos Estados Unidos, derrotando o então presidente, **Donald Trump**, do **Partido Republicano**. A posse ocorreu no dia 20/01/2021 e o término de seu mandato ocorrerá em 20/01/2025.

Joe Biden foi vice-presidente de **Barack Obama**, que governou o país de 2009 a 2017. Biden tem como vice-presidente a ex-senadora **Kamala Harris**, negra, filha de imigrantes, o pai é jamaicano e a mãe é indiana.

6.1 Sistema eleitoral e eleição presidencial

Diferentemente do Brasil, onde o presidente se elege com a maioria dos votos populares, nos Estados Unidos, o presidente se elege com a maioria dos votos do **colégio eleitoral**, que é formado pelos delegados eleitos pelos estados. O número de delegados de cada estado corresponde ao número de deputados e senadores de cada um dos 50 estados. Mais os três delegados do Distrito de Colúmbia (capital Washington). Ao todo, existem 538 delegados. **Para ser eleito, o candidato deve ter o voto de 50% mais um dos delegados (270).**

Na votação, os eleitores marcam na cédula o nome do candidato que querem para presidente, mas, na realidade, isso é contabilizado para a chapa de delegados.

Apesar de cada estado possuir seus delegados, e cada delegado possuir seu próprio voto, em 48 dos 50 estados americanos e no distrito de Colúmbia, **o candidato que recebe mais votos, fica com todos os delegados daquele estado**. É o chamado **"winner takes all"** (o vencedor leva tudo). Por exemplo, se, em um estado, a votação foi muito acirrada, com uma vantagem minúscula de um candidato sobre o outro, o candidato que obteve a vantagem levará **todos** os delegados desse estado. Apenas dois estados não seguem essa lógica, Maine e Nebraska, onde há uma certa proporcionalidade.

As eleições de 2020, registraram um número **recorde de votos antecipados e de votos pelo correio**. O **motivo foi a pandemia de Covid-19**, com dezenas de milhões de eleitores optando por votar por essas modalidades para evitarem as aglomerações nas seções eleitorais no dia oficial da votação. Os votos antecipados ou pelo correio não são novidades nas eleições americanas. É uma modalidade que é permitida na grande maioria dos estados americanos. Em alguns estados, desde que o eleitor vote pelo correio até o dia 03 de novembro, o seu votado é contabilizado, mesmo que chegue alguns dias depois desse dia de votação.

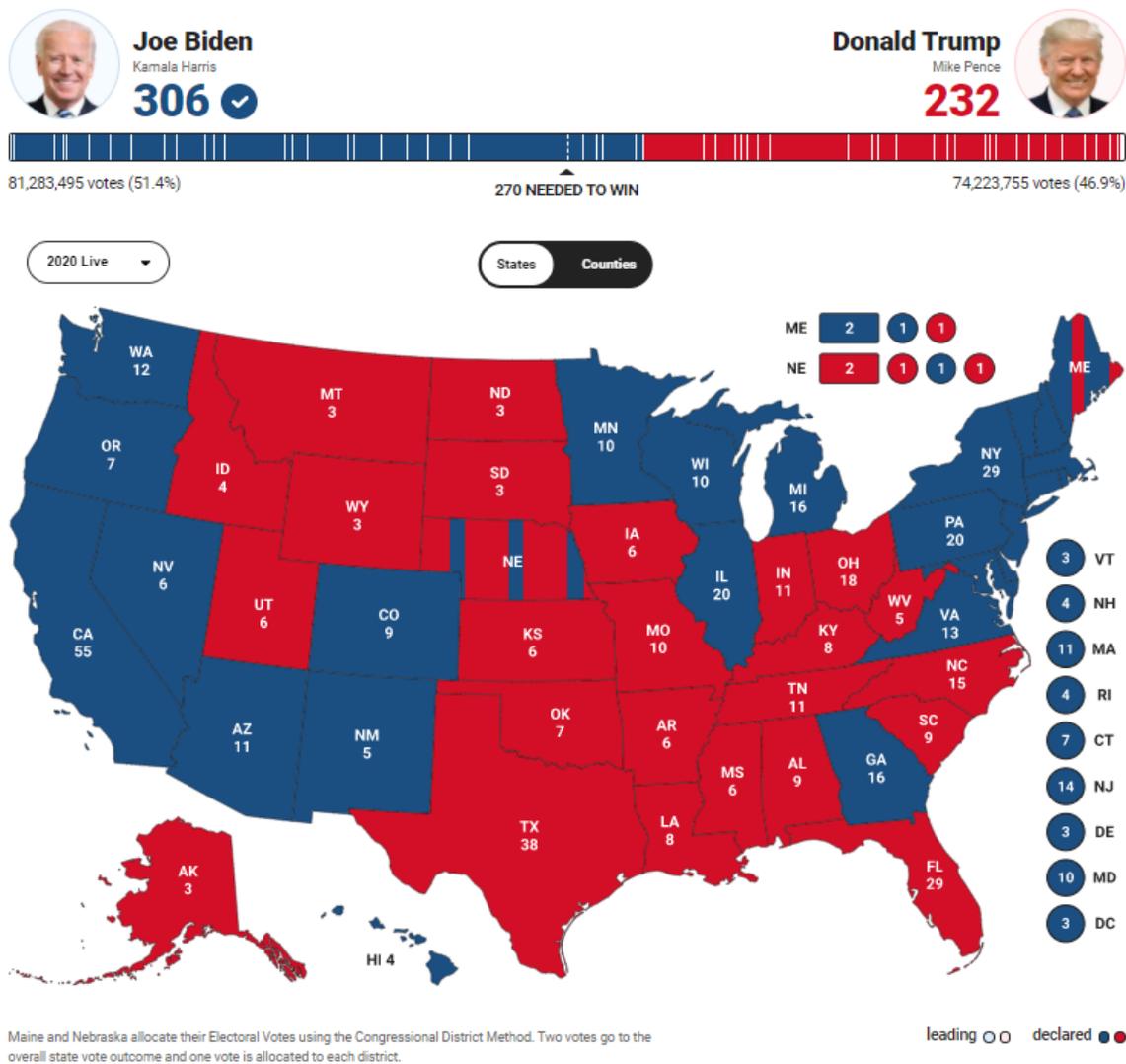
Cabe mencionar que, não existe um Tribunal Superior Eleitoral nos EUA, como no Brasil. As eleições são organizadas por cada estado, conforme regras eleitorais próprias. Quem organiza, executa e coordena todo o processo eleitoral é o poder executivo estadual. O resultado final é analisado e aprovado pelo poder legislativo de cada estado.



O voto é facultativo. Na eleição de 2020, houve um **recorde o número de eleitores registrados que votaram, em números absolutos e percentuais**. Joe Biden recebeu 306 votos no colégio eleitoral e Donald Trump recebeu 232 votos.

Joe Biden foi o candidato a presidente mais votado da história dos Estados Unidos. Mesmo perdendo a eleição, Donald Trump foi o segundo candidato a presidente mais votado da história dos Estados Unidos.

Presidential Election Results



No dia 14 de dezembro de 2020, os delegados se reuniram em cada estado e votaram no candidato a presidente. Foi uma votação simbólica, pois como já dissemos, já se sabia o resultado, em função do sistema eleitoral americano.

Donald Trump e a sua campanha fizeram várias denúncias de supostas fraudes na votação e na contagem dos votos, contestando o resultado final. Sem apresentar provas consistentes, as alegações foram rejeitadas pelas autoridades eleitorais e pelos poderes judiciários estaduais. As denúncias que chegaram a Suprema Corte americana, também foram rejeitadas. Observadores da Organização dos Estados Americanos (OEA)



também afirmaram em relatório que não houve nenhuma irregularidade grave nas eleições norte-americanas.

Invasão do Capitólio

No dia 6 de janeiro de 2021, durante a sessão conjunta de certificação da vitória de Joe Biden como presidente, partidários do ex-presidente, Donald Trump, se reuniram na capital, Washington DC, para protestar contra o resultado da eleição presidencial de 2020.

O movimento culminou com a invasão do Capitólio, como é conhecido o Congresso norte-americano. A invasão durou boa parte da tarde e continuou até o começo da noite. Na madrugada, as forças policiais conseguiram recuperar o controle do Capitólio, que ficou bastante depredado. Ao menos cinco pessoas morreram em decorrência do caso - entre eles, um policial - e dezenas foram presas.



A postura de Donald Trump foi duramente criticada por jornalistas, autoridades e políticos de ambos os lados do espectro político. Trump passou boa parte das eleições desqualificando o processo eleitoral, rejeitando os resultados e denunciando a existência de supostas fraudes.

Mais cedo, no dia da invasão, em discurso em frente à Casa Branca, Donald Trump pediu a seus seguidores que se manifestassem contra a certificação da vitória de Joe Biden nas eleições.

A postura de Trump culminou na abertura de um inédito **segundo processo de impeachment**, acusado de **incitar a insurreição**. Com isso, Trump se tornou o primeiro presidente na história a ter dois processos do tipo. O impeachment foi aprovado na Câmara dos Representantes (deputados federais), de maioria democrata, entretanto, o ex-presidente foi absolvido pelo Senado.

Nos Estados Unidos, a aprovação de um impeachment na Câmara dos Representantes equivale a uma aceitação da denúncia, o presidente continua no cargo. Somente se o Senado condenar o presidente é que ele é afastado do cargo, por meio da sua destituição.

O primeiro impeachment foi em dezembro de 2019. Trump foi acusado de **abuso de poder** e **obstrução do Congresso**. Como no segundo processo, a Câmara dos Representantes aprovou o pedido, que foi rejeitado pelo Senado, em fevereiro de 2020.

6.2 O governo de Joe Biden

Joe Biden iniciou o seu governo, revertendo uma série de medidas tomadas no governo de Donald Trump. O ex-presidente tinha feito o mesmo, em relação a medidas do governo de Barack Obama. Isso demonstra, governos com perfis programáticos bastante diferenciados em vários temas da agenda político-governamental.

Vejamos agora, os principais aspectos e fatos ocorridos no seu governo até o presente.

Covid-19

Os Estados Unidos são o país com o maior número de infectados e de mortes pela Covid-19 em todo o mundo. A postura de Donald Trump frente à crise foi muito criticada, tensionando pela reabertura do comércio e da economia, quando da adoção de medidas restritivas por estados e municípios, fazendo pouco caso da gravidade da pandemia e da importância do uso de máscaras de proteção.

O governo tem incentivado o **uso de máscaras de proteção** e o seu uso se tornou **obrigatório nas propriedades federais** (prédios, repartições públicas etc.). Os Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC, da sigla em inglês) estabeleceram a **obrigatoriedade do uso de máscaras para viagens de avião ou dentro de transportes públicos, como ônibus e metrô**. A regra tornou a recusa de usar uma máscara uma violação da lei federal, imposta pela Administração de Segurança de Transporte e outras autoridades federais, estaduais e locais.

A **vacinação foi acelerada**. Centenas de milhões de doses foram aplicadas. **Não há falta de doses de vacinas nos EUA**. Os imunizantes estão disponíveis para quem quiser se imunizar, conforme os critérios e as orientações dos órgãos governamentais de saúde. O **número diário de novos casos e mortes caíram drasticamente com a vacinação em massa**.

O país voltou a fazer parte da **Organização Mundial de Saúde (OMS)**. Trump havia retirado o país da Organização.

Questão migratória

- Fim do veto à entrada de cidadãos de determinados países com população de maioria muçulmana.



- **Paralisação da construção do muro na fronteira com o México.** A construção do muro pouco avançou no governo Trump e era a sua principal proposta para intensificar o bloqueio da entrada de imigrantes ilegalmente por essa fronteira.
- Envio de um projeto de lei de imigração ao Congresso norte-americano, que propõe regularizar a situação de milhões de imigrantes que vivem ilegalmente nos Estados Unidos.

Meio Ambiente

- Retorno dos Estados Unidos ao **Acordo do Clima de Paris**. O tema do aquecimento global era uma das prioridades de campanha de Joe Biden.
- Organização da **Cúpula dos Líderes sobre o Clima**, fórum que contou com a participação de 40 chefes de Estado para debater questões climáticas e apresentar compromissos para a redução das emissões de gases intensificadores do efeito estufa.
- O governo não irá mais autorizar novas perfurações de petróleo e gás em terras públicas federais. Também foi proposta a remoção de subsídios aos combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás natural);
- Programa de renovação da frota de carros e caminhões do governo, com aquisição de veículos movidos a energia elétrica.

Com isso, Biden adota uma postura antagônica à de Donald Trump, que demonstrava pouca preocupação com a questão ambiental e havia incentivado a utilização de fontes de energia poluentes e não-renováveis em detrimento às energias limpas e renováveis. O objetivo é a **reestruturação da matriz energética norte-americana em uma transição para uma economia verde**, com baixa emissão de carbono.

Economia

Para estimular a atividade econômica, Joe Biden conseguiu aprovar o **Plano de Resgate Americano** (de US\$ 1,9 trilhão), que destinou recursos a estados, municípios e empresas, ampliou auxílios desemprego e promoveu pagamentos diretos à população. Também apresentou o **Plano de Emprego Americano** (US\$ 2,25 trilhões), projeto para infraestrutura que visa promover a criação de postos de trabalho e estimular a economia verde, além de propor grandes mudanças na matriz energética norte-americana com foco na energia limpa.

Para financiar o projeto de infraestrutura, o governo propõe o **Made in America Tax Plan**, que busca elevar a arrecadação norte-americana de impostos em US\$ 2,5 trilhões nos próximos 15 anos. A próxima etapa da série de reestruturações da economia do governo Biden será o **American Family Plan**, ou Plano da Família Americana, que pretende taxar ricos para financiar a educação.

Política Externa

Os Estados Unidos buscam retomar um papel de líder ativo nas relações internacionais, reestabelecendo entendimentos com os seus principais parceiros históricos como a União Europeia, Canadá e Japão. A postura é de buscar o entendimento sobre grandes temas internacionais - economia, comércio, meio ambiente,



segurança, democracia e direitos humanos - por meio do multilateralismo e da atuação nos organismos internacionais, como a ONU e a OMC.

Os EUA são o principal ator da geopolítica e das relações internacionais.

7 – Pandemia de Covid-19

Em dezembro de 2019, uma pneumonia de causas desconhecidas começou a se espalhar por **Wuhan**, uma metrópole da região central da **China** com cerca de 11 milhões de habitantes, capital da província de Hubei. Por meio de estudos, descobriu-se que os sintomas eram causados por um novo tipo de **coronavírus**.

O novo vírus se espalhou rapidamente por países e continentes, o que levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a declarar uma situação de **pandemia** global. A definição de pandemia é usada quando uma doença não se restringe apenas a uma região específica, mas sim por todo o globo.

Descobertos na década de 1960, os **coronavírus são uma grande família viral** e **recebem esse nome por causa de pequenos espinhos que possuem na superfície, que lembram uma coroa**. Eles são considerados zoonóticos, ou seja, são transmitidos entre os animais e pessoas, causando infecções respiratórias em ambos.

O novo coronavírus foi denominado **SARS-CoV-2**. A doença que ele causa foi denominada **Covid-19**. A nomenclatura segue diretrizes internacionais que pedem para não se fazer referência a uma localização geográfica, a um animal, a um indivíduo ou a um grupo de pessoas. As regras pedem também que o nome seja pronunciável e que estabeleçam alguma relação com a doença causada pelo vírus.

Outras variações mais antigas de coronavírus e conhecidas pelos cientistas são a **SARS-CoV** e **MERS-CoV**. Entre 2002 e 2003, o surto de Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars), causado pelo coronavírus SARS-CoV, foi responsável pela morte de quase 800 pessoas e se espalhou por 37 países, tendo iniciado também na China. Em 2012, um coronavírus distinto foi detectado como sendo responsável pela Síndrome Respiratória do Oriente Médio, ou Mers. A doença foi inicialmente identificada na Arábia Saudita e se espalhou depois para outros países da região.

Os surtos relacionados a coronavírus geralmente têm origem em animais infectados. A suspeita mais provável é de que o novo vírus tenha sido transmitido para os seres humanos por animais silvestres, como os morcegos, provenientes de um mercado que vendia esses animais vivos, em Wuhan. Na sequência, passou a ser transmitido de humano para humano.

Foram identificados os seguintes **sintomas** nas pessoas com **Covid-19**: febre, tosse (geralmente seca), dor muscular, cansaço, dificuldade em respirar, falta de ar e perda de paladar. Em casos mais graves, há registro de pneumonia, insuficiência renal e síndrome respiratória aguda grave, que podem levar à morte.

Algumas pessoas infectadas pelo vírus podem não apresentar sintomas ou apresentar sintomas discretos. A maioria das pessoas infectadas (cerca de 80%) se recupera da doença sem precisar de tratamento especial. Cerca de uma em cada seis pessoas com Covid-19 pode desenvolver a doença em sua forma mais grave.



Pessoas idosas e/ou com comorbidades, ou seja, outras doenças associadas como, por exemplo: pressão alta, problemas cardíacos, diabetes e pessoas em tratamento para câncer têm maior probabilidade de desenvolver doença respiratória grave.

7.1 Pesquisas de remédios e vacinas

Não há um medicamento específico para combater o vírus. O tratamento é feito combatendo os sintomas, enquanto o próprio corpo se cura da infecção. Pacientes com quadros mais graves da síndrome aguda respiratória podem precisar ficar internados em UTIs de hospitais e serem entubados, ou seja, respirarem com ajuda de um ventilador mecânico.

A ciência tem trabalhado em um intenso ritmo na pesquisa de um medicamento específico e de uma vacina. Dezenas de pesquisas estão em andamento em diversos países pelo mundo, com muita colaboração e compartilhamento entre os pesquisadores e centros de pesquisa. A OMS coordena o projeto **Solidarity** (Solidariedade), com o objetivo de encontrar um tratamento eficaz para casos mais sérios de Covid-19. O projeto conta com a participação de dezenas de países no desenvolvimento dos ensaios clínicos com pacientes hospitalizados.

Devido à situação de excepcionalidade e à amplitude rapidamente alcançada pela Covid-19, a maioria das pesquisas de medicamentos envolve fármacos que já são empregados para tratar outras enfermidades, porque o conhecimento acerca da dosagem e da segurança dessas substâncias já é relativamente sólido.

Dentre os fármacos em estudo e que foram empregados contra o novo coronavírus, foi objeto de destaque e polêmica a **hidroxicloroquina**. Estudos foram publicados sugerindo a utilização do medicamento contra a Covid-19. Outros estudos, porém, não mostraram benefícios do uso se comparado ao tratamento padrão ou com medicamentos antivirais. Portanto, não há consenso científico sobre a sua eficácia. Após idas e vindas, a Organização Mundial da Saúde anunciou que encerrou os estudos para determinar se a hidroxicloroquina ajuda ou não os pacientes com Covid-19, já que o medicamento não demonstrou efeitos significativos na redução da mortalidade dos pacientes hospitalizados.

Durante os primeiros meses de pandemia, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, defenderam enfaticamente o uso da cloroquina para o tratamento do Covid-19. Sem o respaldo científico, Trump deixou de se pronunciar sobre o tema e o presidente brasileiro passou a se pronunciar menos a respeito do fármaco.

Outro medicamento bastante citado foi o **remdesivir**. Alguns estudos mostraram benefícios do medicamento, que teve seu uso temporariamente autorizado nos Estados Unidos e na Europa, enquanto eram pesquisados dados sobre sua eficácia. Contudo, segundo a OMS e o ensaio Solidarity, também não demonstrou efeitos significativos na redução da mortalidade dos pacientes hospitalizados.

Desta forma, os únicos medicamentos que demonstraram eficácia contra a Covid-19 até agora são a **dexametasona** e outros corticoides, que reduzem a mortalidade dos pacientes em estado grave.

Também não há, até o momento, vacina para o vírus. Cientistas de várias instituições ao redor do mundo estão buscando desenvolver um imunizante e encontrar métodos eficientes de combate e amenização dos sintomas causados pela doença.



A velocidade do processo de busca de uma vacina para a Covid-19 supera tudo o que já foi visto até hoje na área de desenvolvimento de imunizantes, normalmente um processo demorado e trabalhoso, que envolve várias rodadas de testes em animais e avaliações de toxicidade antes das três fases obrigatórias de testes com pessoas.

A vacina contra o coronavírus é uma das invenções mais importante e disputadas da história recente. Em algum momento, a maioria da população mundial terá acesso a ela. Mas os países que saírem na frente levarão muita vantagem: suas economias deverão se recuperar primeiro e o poder de fabricar e distribuir a vacina dará a eles força geopolítica sobre os demais.

A Rússia foi o primeiro país a anunciar uma vacina contra a Covid-19, batizada de **Sputnik 5**, mas a decisão foi questionada por muitos cientistas, já que foi registrada antes da conclusão da "Fase 3" do estudo, que envolve milhares de pessoas, em que se busca comprovar que a vacina experimental é segura e eficaz na imunização. Segundo o governo russo, ela estará disponível ao público geral em 1º de janeiro de 2020.

Até o momento em que este texto foi escrito, nenhuma vacina contra o coronavírus foi aprovada para uso geral internacionalmente. Mais de uma centena de imunizantes estão sendo desenvolvidos, mas poucos estão em estágio avançado, na fase 3 de testes clínicos, em grupos de pessoas mais numerosos. Os projetos mais promissores, que estão no último estágio de testes, são os seguintes:

- **CoronaVac**, desenvolvida pela chinesa Sinovac Biotech;
- **BNT162b2**, desenvolvida pela parceria americano-alemã entre Pfizer e BioNTech;
- **mRNA-1273**, desenvolvida pela Moderna, sediada nos EUA;
- **ChAdOx1 nCoV-19**, desenvolvida pela AstraZeneca com a Universidade de Oxford, na Inglaterra;
- **Ad26.COV2-S**, desenvolvida pela Johnson & Johnson.

7.2 Medidas restritivas de proteção e para conter o avanço do vírus

Como medida de proteção, vários países adotaram medidas restritivas contra a disseminação do vírus, por meio do distanciamento social, isolamento, quarentena e lockdown. Alguns adotaram medidas mais brandas, outros, mais restritivas. Pensando na escala de risco para serem adotados, do menor para o maior, os regimes são classificados nesta ordem: distanciamento social, isolamento, quarentena e lockdown.

Vamos entender o que significam esses termos:

Distanciamento social: O distanciamento social busca, de forma voluntária, restringir a aproximação entre as pessoas como forma de controlar a disseminação da doença. Nessa fase, escolas e comércio podem fechar e eventos podem ser cancelados, mas não há aplicação de multa ou detenções para quem não seguir o distanciamento social. Praticamente todos os países que registraram casos de Covid-19 adotaram medidas de distanciamento social.



Isolamento: O isolamento também é uma medida não obrigatória para restringir a propagação do vírus. Esse distanciamento pode ser mais brando ou mais extremo, dependendo do contexto.

O **isolamento vertical** é mais brando, destinado somente a pessoas dos grupos de risco, enquanto o resto da população vive normalmente, seguindo os protocolos de higiene e distanciamento social. Apesar de representar danos menores à economia, não é tão efetivo no combate à doença.

Já o **isolamento horizontal** atinge toda a população. Envolve o fechamento de estabelecimentos, a proibição de aglomerações e a paralisação da maior parte da atividade econômica considerada “não essencial”. A população é aconselhada a ficar em casa e sair somente para o essencial. Essa estratégia é mais eficiente em combater a propagação do vírus, mas pode causar maiores impactos na economia.

O isolamento também foi adotado para aquelas pessoas que tiveram contato com alguém infectado ou para quem estava esperando o resultado de testes que confirmassem ou negassem a contaminação pelo novo coronavírus.

Quarentena: A quarentena é uma medida obrigatória, estabelecida pelas autoridades (em escala municipal, estadual ou federal), na qual todos os estabelecimentos não essenciais são fechados. O intuito da quarentena é restringir a circulação de pessoas que foram ou podem ter sido expostas ao vírus, para diminuir a sua velocidade de transmissão.

Lockdown: O lockdown é uma paralisação total dos fluxos e deslocamentos, exceto os essenciais, imposto por um decreto, lei ou decisão judicial. A circulação de carros e pessoas também é reduzida, sendo autorizada apenas a saída de casa para a compra de alimentos, medicamentos e transporte de indivíduos para hospitais. Nesta etapa, o governo pode usar as forças policiais e aplicar multas e detenções para quem desrespeitar a medida.

7.3 O alcance mundial da doença

O coronavírus demonstrou ter uma contaminação extremamente veloz. No mundo globalizado em que vivemos, com o grande fluxo de pessoas que circulam pelo nosso planeta por meio das redes de transportes, sobretudo o transporte aéreo, as doenças podem espalhar-se rapidamente pelos países e continentes.

A posição que a China possui atualmente no cenário econômico e político internacional faz com que determinadas doenças que apareçam no país tenham um potencial de contágio ainda maior. Muitos chineses estão a todo momento viajando pelo interior do país e para fora do país, da mesma maneira que muitas pessoas diariamente entram em território chinês.

Esses fatores fizeram com que tenham sido registrados casos de coronavírus em quase todos países do mundo, em todos os continentes. **Nas Filipinas ocorreu a primeira morte fora do território chinês.** No momento em que este texto foi escrito, os **Estados Unidos são o país com o maior número de pessoas infectadas e com o maior número de mortes.**

O Brasil é o segundo país com o maior número de mortes e o terceiro com o maior número de casos. São Paulo foi o estado mais atingido, com o maior número de mortes e de infectados. O primeiro caso em território nacional foi registrado no dia 26 de fevereiro, em São Paulo, proveniente de um homem de 61



anos, que esteve na Itália alguns dias antes, mais especificamente na região da Lombardia - um dos epicentros da crise na Itália, que também foi severamente atingida pela doença.

Como forma de conter a disseminação do vírus, muitos países fecharam temporariamente suas fronteiras e proibiram grande parte dos voos nacionais e a entrada de estrangeiros.

A União Europeia fechou todas as fronteiras do continente, e alguns países fecharam suas fronteiras internas também. Trata-se de uma medida dura no continente que simboliza o espírito da globalização e das fronteiras abertas, com o trânsito livre de pessoas.

Manifestações populares contra o lockdown e outras medidas de prevenção impostas para tentar conter a pandemia de Covid-19 foram registradas em várias cidades europeias, nos Estados Unidos e também no Brasil. Os manifestantes contestam as restrições e criticam o que consideram um ataque às liberdades públicas, denunciam o uso de máscaras de proteção e as restrições de movimento impostas após o confinamento.

7.4 Como a China conteve a expansão do vírus

Epicentro da epidemia, a China conseguiu frear sucessivamente o avanço do coronavírus. O pico no número diário de novos casos ocorreu em fevereiro de 2020. A partir daí, caiu drasticamente nas semanas seguintes.

A resposta chinesa à epidemia foi baseada principalmente em **quarentenas** extremamente rigorosas nas cidades mais afetadas. Quase 60 milhões de pessoas foram isoladas na província de Hubei e restrições de viagem severas foram implementadas dentro do país, além da obrigatoriedade do isolamento para cidadãos que viajaram ao exterior e estrangeiros. O sucesso do modelo de quarentena implementado por Pequim no epicentro do surto da Covid-19 foi elogiado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como “ambicioso”, mas também recebeu críticas por sua natureza autoritária.

Apesar do nome, a quarentena não significa necessariamente uma restrição por um período de quarenta dias. A quarentena é caracterizada como a restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes. Além das pessoas, a restrição também se estende para bagagens, contêineres, meios de transporte ou mercadorias suspeitas de contaminação, como forma de evitar uma possível propagação do coronavírus.

O governo chinês ainda proibiu a circulação de carros e qualquer outro meio de transporte público pelas cidades mais afetadas, e ordenou o fechamento temporário de fábricas e empresas. Seguiram abertos apenas hospitais, supermercados, farmácias e outros serviços vitais.

Foram investidos bilhões de dólares na luta contra a Covid-19. O governo chinês ergueu em tempo recorde dois hospitais dedicados exclusivamente para o tratamento de pacientes com coronavírus.

Apesar da enorme redução no número de casos, críticos da política chinesa atacaram a confiabilidade dos dados divulgados pelo governo, que já escondeu informações importantes sobre a epidemia em seus primeiros meses e puniu médicos que tentaram alertar sobre a seriedade da doença.



7.5 Impactos econômicos

A pandemia de coronavírus, inicialmente, uma crise sanitária, desencadeou também uma crise econômica global. Com a paralisação das atividades econômicas, muitas empresas reduziram a sua produção. As exportações e as importações diminuíram e as pessoas, no geral, passaram a consumir menos produtos e serviços. Isso gerou desemprego, fechamento de empresas e a desvalorização de ações, provocando abalos nos mercados mundiais, nas cadeias globais de suprimentos e na atividade econômica como um todo, encaminhando o ano de 2020 para uma grande recessão global.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que o Produto Interno Bruto (PIB) global deve recuar em torno de 4,4% em 2020, ante uma alta de 3,3% em 2019. Será uma crise econômica pior do que a crise de 2008, e poderá, também, ser mais severa do que a Grande Depressão de 1929.

No caso do Brasil, o FMI prevê que o PIB deste ano vai encolher 5,8%. Antes da deflagração da pandemia, a expectativa era de alta de 2,2%. Se a nova previsão se confirmar, a economia brasileira também vai alcançar uma marca bastante negativa: será o **pior desempenho econômico desde 1901**.

Previsões do FMI para o PIB de 2020

Fundo revê estimativas a cada três meses. Em %.



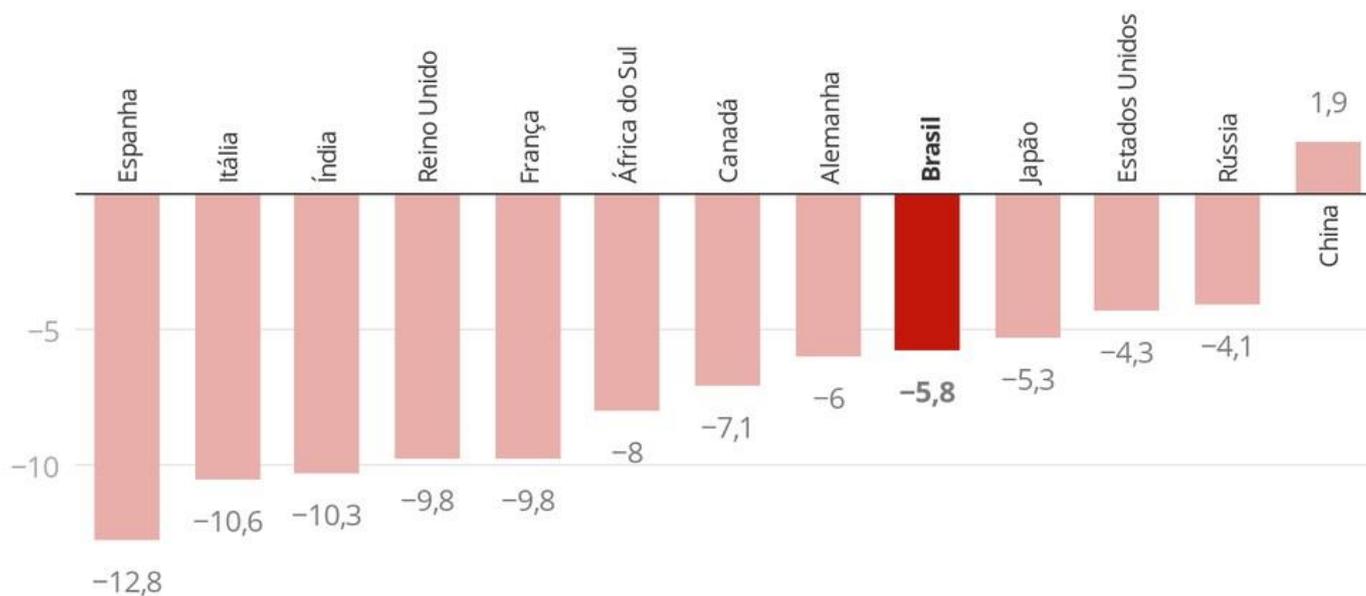
Fonte: FMI

Na **China**, onde se iniciou a pandemia, o PIB caiu 6,8% no 1º trimestre de 2020, na **primeira contração desde 1992**. Para o ano de 2020, a projeção do FMI é de que o PIB chinês deve crescer 1,9%. Veja no gráfico abaixo, as projeções do FMI para países selecionados:



Previsões para 2020

Projeções do FMI para o PIB de cada país; dados em %



Fonte: FMI

Embora o quadro para a economia seja bastante negativo em 2020, **o FMI espera uma recuperação em 2021**. Entretanto, essa recuperação dependerá do resultado das ações de contenção da pandemia e de uma redução do nível de incerteza.

A inevitável recessão tem levado governos e bancos centrais de todo o mundo a liberar grandes volumes de estímulos fiscais e monetários, além de outras medidas de apoio para as economias nacionais, que sofrem com a pandemia de coronavírus. No Brasil, a principal medida foi o **auxílio emergencial**, um auxílio mensal de R\$ 600 a trabalhadores informais, desempregados e microempreendedores individuais (MEIs) por três meses. Posteriormente, o auxílio foi prorrogado por mais dois meses.



QUESTÕES COMENTADAS



1. (AVANÇA-SP/CÂMARA MUNICIPAL DE VINHEDO-SP/2020 – PROCURADOR JURÍDICO) Assinale a alternativa que apresenta corretamente o nome do primeiro-ministro do Reino Unido, que foi infectado pelo Covid-19:

- (A) Gordon Brown.
- (B) Thomas Hamilton.
- (C) Thereza May.
- (D) Boris Johnson.
- (E) Richard Spark.

COMENTÁRIOS:

O primeiro-ministro do Reino Unido é Boris Johnson. Ele foi infectado pelo novo coronavírus e contraiu a doença Covid-19 em abril de 2020, mas conseguiu se recuperar.

Gabarito: D

2. (VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA/2020 – AUXILIAR DE EDUCAÇÃO) Após a saída da União Europeia, em 31 de janeiro de 2020, a mudança, anunciada nesta quarta-feira (19.fev) pelo Ministério do Interior, é um reflexo do Brexit – uma das principais bandeiras dos partidários do “sair” desde o início do processo.

(Folha de S. Paulo – <https://bit.ly/2Y7LQ3Z>. Publicado em 19.fev.2020 – Acesso em 04.jun.2020. Adaptado)

A mudança

- (A) estabelece novas regras de estímulo ao comércio entre o Reino Unido e os países europeus e asiáticos.
- (B) estipula regras rígidas para a entrada de imigrantes europeus ou de qualquer outra região do mundo.
- (C) propõe a criação de um novo bloco econômico formado apenas por países de língua e cultura inglesa.
- (D) determina que as relações comerciais com Alemanha e França sejam incentivadas a partir de 2021.
- (E) estabelece o status de associado aos outros países europeus recém-desligados da União Europeia.



COMENTÁRIOS:

O enunciado fala sobre uma mudança aprovada pelo Reino Unido que esteve dentre as principais bandeiras dos que defenderam a saída do país da União Europeia, no processo chamado de Brexit. Neste caso, não era necessário saber o fato específico, mas o seu contexto. Dito isto, vamos analisar as alternativas:

a) Incorreto. Invenção do examinador. Não é o que foi estabelecido pela mudança citada no fragmento da notícia que introduz a questão.

b) Correto. A questão da migração de cidadãos europeus ao Reino Unido foi um dos temas polêmicos do Brexit. Três milhões de migrantes de países do bloco do leste europeu residem e trabalham no país. O argumento utilizado pelos defensores da saída é de que esses migrantes tiram o emprego dos britânicos e têm acesso ao sistema de proteção social, prejudicando a qualidade dos serviços para os nacionais. Para os defensores do Brexit, deve-se endurecer as regras de imigração. Isso de fato ocorreu no mês de fevereiro. O Reino Unido endureceu as regras à entrada de migrantes poucos qualificados. O enunciado utiliza esse fato como base para a questão.

O novo "sistema de migração baseado em pontos" dará prioridade máxima àqueles que tiverem "as mais altas qualificações e os maiores talentos", incluindo cientistas, engenheiros e acadêmicos. Os candidatos deverão comprovar serem qualificados na área em que trabalham, seu nível de inglês, a profissão que exercem e que receberam uma proposta de emprego de uma empresa britânica que ofereça um salário anual mínimo de 25.600 libras (cerca de R\$ 145.000, ou R\$ 12.100 por mês).

Esse piso salarial pode ser maior, dependendo da ocupação do postulante —quanto maior o nível de qualificação, maior o valor mínimo da remuneração.

O sistema de pontos permite compensações entre alguns requisitos. Um candidato que não tenha doutorado pode substituir os dez pontos atribuídos a essa categoria por uma oferta de salário mais alta que o piso, por exemplo. No entanto, três requisitos devem obrigatoriamente ser atendidos e não podem ser compensados por pontos extras nos demais: ter fluência mínima de inglês para o trabalho que exercerá, ter recebido uma oferta de emprego e que o cargo ofertado seja compatível com o nível de qualificação. Solicitantes de baixa qualificação seguirão as mesmas regras —não haverá um processo específico para eles.

c) Incorreto. A criação de um novo bloco econômico formado apenas por países de língua e cultura inglesa não esteve entre as bandeiras em prol do Brexit. Como ideia, também nunca foi proposta e trabalhada no debate público. Invenção do examinador.

d) Incorreto. O incentivo às relações comerciais com a França e a Alemanha não esteve entre as bandeiras a favor do Brexit. O Reino Unido já realiza um significativo fluxo comercial com França e Alemanha, que figuram dentre seus principais parceiros comerciais.

e) Incorreto. Nenhum outro país saiu da União Europeia. O Reino Unido foi o primeiro. Foi uma saída inédita. Questão sem fundamento. Mais uma invenção do examinador.

Gabarito: B



3. (IBADE/IDAF-AC/2020 – TÉCNICO EM DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) “Brexit” é a junção das palavras em inglês “British” e “exit” e significa “saída britânica”. O termo é usado para se referir à saída do Reino Unido da União Europeia (UE). A defesa do Brexit inclui argumentos que apontam que a saída do Reino Unido do bloco é positiva porque irá, por exemplo:

I. restringir a entrada de imigrantes no país;

II. aumentar os recursos públicos disponíveis exclusivamente para os britânicos, com o fim dos valores repassados ao EU;

III. reduzir lucros devido à cobrança de tarifas de exportação para os países europeus, destino de grande parte dos produtos britânicos exportados;

IV. melhorar as possibilidades de negociação em acordos bilaterais com outros países.

(G1, 13/12/2019. Disponível em: < [http:// https://glo.bo/2Sr7kWz](http://https://glo.bo/2Sr7kWz)>. Adaptado)

São argumentos favoráveis ao Brexit:

(A) I e IV, apenas.

(B) I, II e III.

(C) II e III.

(D) I, II e IV.

(E) I, II, III, IV.

COMENTÁRIOS:

I - Correto. A restrição da entrada de imigrantes no país foi um dos argumentos utilizados pelos defensores do Brexit, com o argumento de que os migrantes tiravam o emprego dos britânicos e têm acesso ao sistema de proteção social do país, prejudicando a qualidade dos serviços para os nacionais.

II - Correto. A União Europeia possui um orçamento comum, para o qual cada país contribui proporcionalmente ao tamanho da sua economia. Os defensores do Brexit argumentavam que o Reino Unido enviaria mais dinheiro para a União Europeia do que recebia de volta em investimentos. Saindo do bloco europeu, sobraria mais dinheiro para ser investido no país.

III - Incorreto. Reduzir lucros devido à cobrança de tarifas de exportação para os países europeus, destino de grande parte dos produtos britânicos exportados, não foi um argumento utilizado pelos que defendem o Brexit. Não faria sentido ser a favor da redução de lucros de seu país. A redução dos lucros de exportação foi um dos argumentos utilizados pelos que foram contrários ao Brexit, já que o país não estará mais isento de taxas de exportação e importação no comércio com os países europeus.

IV- Correto. Melhorar as possibilidades de negociação em acordos bilaterais com outros países é um dos argumentos utilizados pelos defensores do Brexit. Os defensores da saída alegam que o crescimento da



União Europeia diminuiu a importância e a soberania britânica. O país tem que seguir regulações nas áreas de economia, política, migrações, entre outras, decididas pelo bloco econômico.

Gabarito: D

4. (VUNESP/PREFEITURA DE FERRAZ DE VASCONCELOS/GUARDA MUNICIPAL – 2020) Neste sábado, 13, o governo anunciou que em setembro começará a produzir grandes lotes de uma vacina contra a covid-19. “Os testes clínicos serão realizados em julho, o registro estatal em agosto e a produção começará em setembro”, disse Tatyana Golikova, vice-primeira-ministra, em entrevista coletiva. De acordo com o Kremlin, 50 soldados – 45 homens e cinco mulheres – ofereceram-se para participar dos testes clínicos. O Centro Nacional de Investigação em Epidemiologia e Microbiologia Gamalei, que trabalha em cooperação com o Ministério da Defesa, será o responsável pela produção.

(Veja. <https://cutt.ly/VfRlXmO>. Publicado em 13.06.2020. Adaptado)

De acordo com a notícia, o anúncio sobre a produção de vacina contra a covid-19 foi feito

- (A) pelos E.U.A.
- (B) pela Inglaterra.
- (C) pela China.
- (D) pela Rússia.
- (E) pela Itália.

COMENTÁRIOS:

O anúncio sobre a produção da vacina contra a covid-19 foi feito pela Rússia. A questão traz uma dica importante quando cita o Kremlin, que é um termo utilizado para se referir à casa do governo da Rússia.

A Rússia foi o primeiro país a anunciar o registro de um imunizante contra a covid-19 e a vacinação de sua população. Quando do anúncio do registro, os testes não estavam concluídos e a vacina não recebeu o respaldo internacional dos cientistas.

Gabarito: D

(QUADRIX/CRB-1/2020 – BIBLIOTECÁRIO FISCAL) “Desmatador não faz home office”, alerta o biólogo Paulo Moutinho, que é cientista sênior do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam); ele diz que ações ilegais avançam na floresta enquanto o governo reduz operações durante a pandemia do coronavírus.

Internet: <<https://epoca.globo.com>> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial e refletindo sobre temas correlatos, julgue os itens.



5. As populações indígenas da Amazônia, em decorrência de um relativo isolamento geográfico, não foram afetadas pelo novo coronavírus.

COMENTÁRIOS:

Mesmo com o relativo isolamento geográfico, as populações indígenas da Amazônia foram afetadas pelo coronavírus. Mais de 25 mil indígenas, de várias comunidades, testaram positivo para a Covid-19, e algumas centenas de mortes foram registradas, segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Apib (dados do mês de agosto de 2020).

As diferenças no perfil epidemiológico de povos indígenas, somadas ao distanciamento dos centros de saúde, faz com que sejam ainda mais vulneráveis à doença.

Gabarito: Errado

6. Trabalhadores informais, os que mais sofreram redução de renda durante a pandemia do novo coronavírus, são maioria entre os que aderiram ao home office.

COMENTÁRIOS:

A crise econômica decorrente da pandemia do novo coronavírus colapsou diversos setores do mercado de trabalho, diminuiu a renda média do brasileiro e gerou centenas de milhares de novos desempregados.

Os trabalhadores informais foram os mais afetados e os que mais sofreram redução de renda, conforme mostraram dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Também foi no setor informal que ocorreu o maior número de postos de trabalho encerrados.

Pela natureza de seu trabalho, os informais geralmente são os mais afetados em épocas de crise, devido à precariedade dos seus direitos trabalhistas.

Caso um trabalhador informal seja despedido, ele ficará sem acesso ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e sem acesso ao seguro-desemprego. Da mesma forma, se um trabalhador informal fica doente ou precisa ficar em quarentena por ter tido contato com alguém que foi contagiado, ele não tem garantias legais, como licença médica remunerada.

Assim, os trabalhadores informais ficam sem acesso à rede de proteção social que os empregados formais têm. Para quem trabalha sem carteira de trabalho assinada, perder o emprego significa basicamente ficar sem renda e sem benefícios, possivelmente tendo de limitar seu consumo. Isso significa que o trabalhador informal foi o que ficou mais vulnerável aos efeitos negativos da crise econômica decorrente da pandemia.

Trabalhadores informais, em sua grande maioria, não tiveram como recorrer ao home office. Esse recurso foi utilizado basicamente por trabalhadores formais e de serviços de escritório.

Gabarito: Errado

7. Há controvérsias, entre os especialistas, a respeito de se as vantagens e os benefícios recebidos pelos trabalhadores em condições normais, como o auxílio-alimentação, podem ser suspensos caso a empresa opte pelo sistema de teletrabalho.



COMENTÁRIOS:

O teletrabalho, popularmente conhecido como home office, ainda é uma modalidade de trabalho recente no país. Contudo, frente aos avanços tecnológicos, o teletrabalho tende a se tornar cada vez mais comum. É um processo que está se desenvolvendo aos poucos, em fase de transição. Com a pandemia, esse processo foi acelerado, frente às necessidades de distanciamento social.

Mas ocorre que ainda não há uma legislação extensa, detalhista e bem organizada sobre os termos do teletrabalho, como ocorre com outras formas de trabalho.

A Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), incluindo nela a nova disciplina do teletrabalho. Contudo, seus termos são abreviados, necessitando de aprofundamento. Além disso, a Justiça do Trabalho ainda não atuou com muitos casos de teletrabalho para fornecer um panorama concreto sobre o tema. É uma lacuna que deve ser preenchida dentro da legislação trabalhista.

Desta forma, há muitas controvérsias, entre os especialistas, a respeito das vantagens e benefícios recebidos pelos trabalhadores em condições em relação aos trabalhadores que optam pelo sistema de teletrabalho. Muitas questões se inserem nesse debate, que certamente se aprofundará ao longo dos próximos anos. Ao passo que se aponta o não pagamento de vale-alimentação, por exemplo, também se discute sobre o custeio de aparelhos eletrônicos, como um computador, e internet, que são utilizados no teletrabalho.

Durante a pandemia, a decisão ficou a cargo individual de cada empresa ou por meio de acordos feitos entre o trabalhador e o empregador.

Gabarito: Certo

8. Segundo especialistas, o sistema de home office, criado durante a pandemia, é apenas uma fase passageira no mercado de trabalho e deverá sofrer substancial redução após o controle do novo coronavírus.

COMENTÁRIOS:

A pandemia de coronavírus trouxe à tona e acelerou vertiginosamente alguns processos que ocorriam de forma lenta no mundo. Uma dessas alterações drásticas diz respeito ao trabalho nos escritórios, com a adoção do home office para equacionar a produtividade durante o período de distanciamento social. O home office passou a ser aplicado em boa parte das empresas e também no serviço público, e, em muitos casos, tem funcionado bem. Sua utilização já era crescente no Brasil e no mundo todo, mas aumentou intensamente devido à pandemia, sendo apontado como uma tendência que veio para ficar.

Existe a possibilidade de que, ao se obter pleno controle do coronavírus, o home office diminua e o trabalho presencial retorne as atividades. Contudo, muitas empresas também continuarão adotando esse sistema. Não é uma fase passageira. É um novo paradigma do mercado de trabalho e do mundo moderno.

Gabarito: Errado

(QUADRIX/CRB-1/2020 – BIBLIOTECÁRIO FISCAL) Um vírus é bem mais poderoso que qualquer um de nós, embora alguns posem de super-heróis. Nenhuma ação isolada resolve um problema coletivo, embora cada



um de nós seja responsável por tudo e por todos, lição que Dostoiévski nos deu muito antes do coronavírus – aliás, está aí um daqueles projetos para se colocar em prática: ler o escritor russo na quarentena.

Internet: <<https://www.greenme.com.br>> (com adaptações).

Acerca das consequências da pandemia do novo coronavírus para o mundo e para o Brasil, julgue os itens.

9. Imagens de satélites mostraram uma diminuição da poluição atmosférica em várias regiões do mundo, relacionada à desaceleração econômica provocada pela pandemia.

COMENTÁRIOS:

Com base em imagens de satélites e outras tecnologias de monitoramento, diversos centros de pesquisas ao redor do mundo constataram que houve diminuição da poluição atmosférica, em função da desaceleração das atividades econômicas, relacionados, sobretudo, à menor atividade industrial e à diminuição na utilização de automóveis. O dióxido de nitrogênio (NO₂), emitido pela combustão dos motores à explosão, foi um dos compostos que mais apresentou reduções desde o início das quarentenas.

Essa redução foi temporária e ocorreu em várias regiões do mundo, durante vários meses do ano de 2020.

Gabarito: Certo

10. No dia 16 de março último, ocorreu, no Brasil, a primeira morte pelo novo coronavírus, no estado de São Paulo, sendo a vítima um homem sem histórico de viagem ao exterior.

COMENTÁRIOS:

Inicialmente, foi amplamente divulgado que a primeira morte pelo coronavírus em território brasileiro ocorreu no dia 16 de março, no estado de São Paulo. A vítima foi um homem de 62 anos que tinha histórico de diabetes e hipertensão. Ele não possuía histórico de viagem ao exterior.

Contudo, após uma análise de exames laboratoriais realizada pelo Ministério da Saúde, o órgão confirmou, durante o mês de junho, que a primeira morte devido ao novo coronavírus no Brasil aconteceu em **12 de março** – e não em 16 de março, como se acreditava. A vítima foi uma paciente de 57 anos em São Paulo.

Gabarito: Errado

11. Diversas autoridades brasileiras, como o presidente do Senado, governadores e ministros de Estado, estão entre as pessoas que contraíram o novo coronavírus.

COMENTÁRIOS:

Diversas autoridades brasileiras como governadores, ministros, senadores e deputados contraíram o novo coronavírus. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, testou positivo para a Covid-19 no mês de março de 2020, mas se recuperou sem problemas. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, foi outra autoridade que contraiu o vírus e adoeceu de Covid-19. Entre os governadores, Wilson Witzel, governador temporariamente afastado do Rio de Janeiro, foi o primeiro a divulgar que estava contaminado, no dia 14 de abril.



O presidente Jair Bolsonaro testou positivo para o novo coronavírus e ficou em isolamento por dezenove dias no mês de julho de 2020.

Gabarito: Certo

12. Um livro publicado nos Estados Unidos, em 1981, trazia, em sua primeira edição, a possibilidade de surgimento de um vírus em 2020, na cidade de Wuhan, na China, com características de letalidade e transmissão idênticas às do novo coronavírus.

COMENTÁRIOS:

A questão é uma grande invenção do examinador, não há nenhum livro publicado nos Estados Unidos em 1981 que trazia a possibilidade de surgimento de um vírus em 2020 na China.

Há muitas teorias da conspiração e notícias falsas sobre as origens do coronavírus. Contudo, a hipótese mais aceita e para qual as evidências apontam é de que o seu surgimento foi natural, isto é, o vírus surgiu na natureza e foi transmitido de animais silvestres para humanos – algo bem comum e frequente ao longo da história humana.

Gabarito: Errado

13. A dependência de muitos países, até mesmo os ricos, como os Estados Unidos, em relação aos suprimentos médicos produzidos pela China ficou patente durante a pandemia.

COMENTÁRIOS:

A China é o maior fabricante de produtos industrializados do mundo. Ao lado da Índia, o país é tradicionalmente um grande fornecedor global de princípios ativos para a fabricação de remédios. Mesmo antes da pandemia, a China já era a principal fornecedora internacional de escudos faciais de proteção, roupas, equipamento de proteção para boca e nariz, luvas e óculos.

A pandemia expôs a significativa dependência global para com a China, de suprimentos fundamentais para o enfrentamento da Covid-19, como o de respiradores mecânicos.

Nos meses de março e abril, quando o vírus se propagou aceleradamente pelos Estados Unidos, esse país comprou uma grande quantidade de equipamentos médicos chineses, oferecendo preços elevados para tê-los prioritariamente em relação a outros países que também necessitavam, como a França e o Canadá. Assim, rompeu as barreiras da então guerra comercial travada entre ambos, tornando patente a dependência americana de suprimentos médicos produzidos pela China.

Gabarito: Certo

14. Em março último, o presidente norte-americano, Donald Trump, acusou o governo alemão de tentar se apropriar de um projeto de vacina desenvolvido por uma empresa dos Estados Unidos contra o novo coronavírus.

COMENTÁRIOS:



No mês de março de 2020, o que ocorreu foi justamente o contrário do que afirma a questão. O examinador trocou os fatos.

O governo da chanceler alemã, Angela Merkel, acusou o presidente americano Donald Trump de tentar se apropriar de um projeto de vacina contra o coronavírus desenvolvido por um laboratório da Alemanha.

Gabarito: Errado

15. (IBAM/PREFEITURA DE SANTOS/2020 – OFICIAL ADMINISTRATIVO) Leia atentamente as informações contidas nos itens a seguir.

I. Alguns analistas avaliam que a epidemia de coronavírus, em virtude de seus efeitos na economia global, deve contribuir para a desaceleração da atividade no Brasil.

II. O Coronavírus pertence a uma família de vírus que infectam apenas seres humanos; os animais são imunes a infecção viral.

III. Apesar do alarde da imprensa, a Organização Mundial de Saúde (OMS) já anunciou que o coronavírus só é preocupante na China, não configurando um caso de “emergência de saúde pública internacional.

IV. No final de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia em Wuhan, na China. O vírus parecia desconhecido, mas, poucos dias depois, as autoridades confirmaram a identificação de um novo coronavírus.

Considerando o noticiado pela imprensa em geral sobre o coronavírus, podemos considerar correto o anotado:

a) nos itens I e III, apenas.

b) nos itens I e IV, apenas.

c) nos itens II e IV, apenas.

d) no item II, apenas.

COMENTÁRIOS:

I - Correto. A pandemia do novo coronavírus, que surgiu em dezembro na China, infectou milhões de pessoas ao redor do mundo. O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica global.

Na China, devido aos efeitos da quarentena, houve paralisação em atividades de empresas e indústrias. Além disso, há também os efeitos nas exportações e importações, que diminuiram seu ritmo. A China é um importante comprador de commodities brasileiras e também relevante fornecedor para a indústria local, especialmente a de produtos eletroeletrônicos. Isso impactou diretamente a economia brasileira.

Em razão da pandemia de coronavírus, a economia global sofrerá uma profunda recessão em 2020, segundo organismos econômicos internacionais. Em um mundo onde a economia está profundamente conectada, o coronavírus tem causado impactos econômicos em todo o planeta.



II - Incorreta. Os coronavírus são uma grande família viral. Eles são considerados zoonóticos, ou seja, são transmitidos entre os animais e pessoas, causando infecções respiratórias em ambos. Animais não são imunes aos coronavírus.

III - Incorreta. O coronavírus é preocupante em outros países, não somente na China. Foram registrados casos em mais de 150 países, incluindo centenas de milhares de mortes, fora do território chinês. Em razão dos seus desdobramentos, em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou **emergência de saúde pública de interesse internacional**. Contudo, com o contínuo avanço do vírus pelo mundo, em março de 2020, a OMS declarou pandemia de coronavírus.

IV - Correta. Em dezembro de 2019, uma pneumonia de causas desconhecidas começou a se espalhar por Wuhan, uma metrópole da região central da China com cerca de 11 milhões de habitantes, capital da província de Hubei. Por meio de estudos, descobriu-se que os sintomas eram causados por um novo tipo de coronavírus.

Gabarito: B

16. (IBADE/IDAF-AC/2020 – TÉCNICO EM DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) Autoridades sanitárias da China confirmaram neste sábado (18 de janeiro), quatro novos casos da misteriosa pneumonia viral detectada (...), na região central do país. O surto da doença, iniciado em dezembro, é causado por um tipo de coronavírus semelhante ao da Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars).

(G1, 18/01/2020. Disponível em: < [https:// https://glo.bo/3bhs4c2](https://glo.bo/3bhs4c2)>. Adaptado)

O surto da misteriosa doença teve início na cidade de:

- (A) Pequim.
- (B) Wuhan.
- (C) Xangai
- (D) Dongguan
- (E) Nanjing

COMENTÁRIOS:

O surto da Covid-19, doença causada por um novo tipo de coronavírus, teve início na cidade de Wuhan, capital da província chinesa de Hubei.

Gabarito: B

17. (IBADE/IDAF-AC/2020 – ENGENHEIRO AGRÔNOMO) A OMS (Organização Mundial da Saúde) divulgou nesta terça-feira (14) que a Tailândia registrou o primeiro caso do novo coronavírus que já causou uma morte e deixou dezenas de doentes na China.

(R7, 14/01/2020. Adaptado)



Sobre o novo tipo de coronavírus é possível afirmar:

- (A) são uma família de vírus com taxa de letalidade maior que a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS).
- (B) apesar do maior número de casos ter sido registrado na China, especialistas apontam que sua origem é a Índia.
- (C) são uma família viral conhecida e que costumam causar infecções respiratórias de leve a moderada em seres humanos, muito semelhantes a resfriados.
- (D) a OMS informou que a maioria dos casos confirmados foram de pessoas que não se vacinaram contra o vírus.
- (E) a OMS informa que é possível combater rapidamente a epidemia pelo fato de o vírus não apresentar variações genéticas.

COMENTÁRIOS:

- a) Incorreto.** A Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, apresenta taxa de letalidade menor que a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS). Entretanto, causa um número mais elevado de mortes, sobretudo devido ao fato de sua taxa de transmissão ser muito maior do que o SARS.
- b) Incorreto.** A origem do novo coronavírus foi a cidade de Wuhan, na China.
- c) Correto.** Os coronavírus são uma família viral conhecida e que costumam causar infecções respiratórias de leve a moderada em seres humanos, muito semelhantes a resfriados.
- d) Incorreto.** Ainda não há vacina que previna do novo coronavírus.
- e) Incorreto.** Não tem sido rápido o combate ao SARS-CoV-2. Devido a sua alta taxa de transmissão e capacidade de disseminação, tem sido muito difícil combatê-lo em todo o mundo. Variações genéticas do vírus, ainda estão sendo pesquisadas.

Gabarito: C



LISTA DE QUESTÕES

1. (AVANÇA-SP/CÂMARA MUNICIPAL DE VINHEDO-SP/2020 – PROCURADOR JURÍDICO) Assinale a alternativa que apresenta corretamente o nome do primeiro-ministro do Reino Unido, que foi infectado pelo Covid-19:

(A) Gordon Brown.

(B) Thomas Hamilton.

(C) Thereza May.

(D) Boris Johnson.

(E) Richard Spark.

2. (VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA/2020 – AUXILIAR DE EDUCAÇÃO) Após a saída da União Europeia, em 31 de janeiro de 2020, a mudança, anunciada nesta quarta-feira (19.fev) pelo Ministério do Interior, é um reflexo do Brexit – uma das principais bandeiras dos partidários do “sair” desde o início do processo.

(Folha de S. Paulo – <https://bit.ly/2Y7LQ3Z>. Publicado em 19.fev.2020 – Acesso em 04.jun.2020. Adaptado)

A mudança

(A) estabelece novas regras de estímulo ao comércio entre o Reino Unido e os países europeus e asiáticos.

(B) estipula regras rígidas para a entrada de imigrantes europeus ou de qualquer outra região do mundo.

(C) propõe a criação de um novo bloco econômico formado apenas por países de língua e cultura inglesa.

(D) determina que as relações comerciais com Alemanha e França sejam incentivadas a partir de 2021.

(E) estabelece o status de associado aos outros países europeus recém-desligados da União Europeia.

3. (IBADE/IDAF-AC/2020 – TÉCNICO EM DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) “Brexit” é a junção das palavras em inglês “British” e “exit” e significa “saída britânica”. O termo é usado para se referir à saída do Reino Unido da União Europeia (UE). A defesa do Brexit inclui argumentos que apontam que a saída do Reino Unido do bloco é positiva porque irá, por exemplo:

I. restringir a entrada de imigrantes no país;

II. aumentar os recursos públicos disponíveis exclusivamente para os britânicos, com o fim dos valores repassados ao EU;

III. reduzir lucros devido à cobrança de tarifas de exportação para os países europeus, destino de grande parte dos produtos britânicos exportados;



IV. melhorar as possibilidades de negociação em acordos bilaterais com outros países.

(G1, 13/12/2019. Disponível em: < [http:// https://glo.bo/2Sr7kWz](http://https://glo.bo/2Sr7kWz)>. Adaptado)

São argumentos favoráveis ao Brexit:

(A) I e IV, apenas.

(B) I, II e III.

(C) II e III.

(D) I, II e IV.

(E) I, II, III, IV.

4. (VUNESP/PREFEITURA DE FERRAZ DE VASCONCELOS/GUARDA MUNICIPAL – 2020) Neste sábado, 13, o governo anunciou que em setembro começará a produzir grandes lotes de uma vacina contra a covid-19. “Os testes clínicos serão realizados em julho, o registro estatal em agosto e a produção começará em setembro”, disse Tatyana Golikova, vice-primeira-ministra, em entrevista coletiva. De acordo com o Kremlin, 50 soldados – 45 homens e cinco mulheres – ofereceram-se para participar dos testes clínicos. O Centro Nacional de Investigação em Epidemiologia e Microbiologia Gamalei, que trabalha em cooperação com o Ministério da Defesa, será o responsável pela produção.

(Veja. <https://cutt.ly/VfRlXmO>. Publicado em 13.06.2020. Adaptado)

De acordo com a notícia, o anúncio sobre a produção de vacina contra a covid-19 foi feito

(A) pelos E.U.A.

(B) pela Inglaterra.

(C) pela China.

(D) pela Rússia.

(E) pela Itália.

(QUADRIX/CRB-1/2020 – BIBLIOTECÁRIO FISCAL) “Desmatador não faz home office”, alerta o biólogo Paulo Moutinho, que é cientista sênior do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam); ele diz que ações ilegais avançam na floresta enquanto o governo reduz operações durante a pandemia do coronavírus.

Internet: <<https://epoca.globo.com>> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial e refletindo sobre temas correlatos, julgue os itens.



5. As populações indígenas da Amazônia, em decorrência de um relativo isolamento geográfico, não foram afetadas pelo novo coronavírus.
6. Trabalhadores informais, os que mais sofreram redução de renda durante a pandemia do novo coronavírus, são maioria entre os que aderiram ao home office.
7. Há controvérsias, entre os especialistas, a respeito de se as vantagens e os benefícios recebidos pelos trabalhadores em condições normais, como o auxílio-alimentação, podem ser suspensos caso a empresa opte pelo sistema de teletrabalho.
8. Segundo especialistas, o sistema de home office, criado durante a pandemia, é apenas uma fase passageira no mercado de trabalho e deverá sofrer substancial redução após o controle do novo coronavírus.

(QUADRIX/CRB-1/2020 – BIBLIOTECÁRIO FISCAL) Um vírus é bem mais poderoso que qualquer um de nós, embora alguns posem de super-heróis. Nenhuma ação isolada resolve um problema coletivo, embora cada um de nós seja responsável por tudo e por todos, lição que Dostoiévski nos deu muito antes do coronavírus – aliás, está aí um daqueles projetos para se colocar em prática: ler o escritor russo na quarentena.

Internet: <<https://www.greenme.com.br>> (com adaptações).

Acerca das consequências da pandemia do novo coronavírus para o mundo e para o Brasil, julgue os itens.

9. Imagens de satélites mostraram uma diminuição da poluição atmosférica em várias regiões do mundo, relacionada à desaceleração econômica provocada pela pandemia.
10. No dia 16 de março último, ocorreu, no Brasil, a primeira morte pelo novo coronavírus, no estado de São Paulo, sendo a vítima um homem sem histórico de viagem ao exterior.
11. Diversas autoridades brasileiras, como o presidente do Senado, governadores e ministros de Estado, estão entre as pessoas que contraíram o novo coronavírus.
12. Um livro publicado nos Estados Unidos, em 1981, trazia, em sua primeira edição, a possibilidade de surgimento de um vírus em 2020, na cidade de Wuhan, na China, com características de letalidade e transmissão idênticas às do novo coronavírus.
13. A dependência de muitos países, até mesmo os ricos, como os Estados Unidos, em relação aos suprimentos médicos produzidos pela China ficou patente durante a pandemia.
14. Em março último, o presidente norte-americano, Donald Trump, acusou o governo alemão de tentar se apropriar de um projeto de vacina desenvolvido por uma empresa dos Estados Unidos contra o novo coronavírus.
15. (IBAM/PREFEITURA DE SANTOS/2020 – OFICIAL ADMINISTRATIVO) Leia atentamente as informações contidas nos itens a seguir.

I. Alguns analistas avaliam que a epidemia de coronavírus, em virtude de seus efeitos na economia global, deve contribuir para a desaceleração da atividade no Brasil.

II. O Coronavírus pertence a uma família de vírus que infectam apenas seres humanos; os animais são imunes a infecção viral.



III. Apesar do alarde da imprensa, a Organização Mundial de Saúde (OMS) já anunciou que o coronavírus só é preocupante na China, não configurando um caso de “emergência de saúde pública internacional.

IV. No final de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia em Wuhan, na China. O vírus parecia desconhecido, mas, poucos dias depois, as autoridades confirmaram a identificação de um novo coronavírus.

Considerando o noticiado pela imprensa em geral sobre o coronavírus, podemos considerar correto o anotado:

- a) nos itens I e III, apenas.
- b) nos itens I e IV, apenas.
- c) nos itens II e IV, apenas.
- d) no item II, apenas.

16. (IBADE/IDAF-AC/2020 – TÉCNICO EM DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) Autoridades sanitárias da China confirmaram neste sábado (18 de janeiro), quatro novos casos da misteriosa pneumonia viral detectada (...), na região central do país. O surto da doença, iniciado em dezembro, é causado por um tipo de coronavírus semelhante ao da Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars).

(G1, 18/01/2020. Disponível em: < [https:// https://glo.bo/3bhs4c2](https://glo.bo/3bhs4c2)>. Adaptado)

O surto da misteriosa doença teve início na cidade de:

- (A) Pequim.
- (B) Wuhan.
- (C) Xangai
- (D) Dongguan
- (E) Nanjing

17. (IBADE/IDAF-AC/2020 – ENGENHEIRO AGRÔNOMO) A OMS (Organização Mundial da Saúde) divulgou nesta terça-feira (14) que a Tailândia registrou o primeiro caso do novo coronavírus que já causou uma morte e deixou dezenas de doentes na China.

(R7, 14/01/2020. Adaptado)

Sobre o novo tipo de coronavírus é possível afirmar:

- (A) são uma família de vírus com taxa de letalidade maior que a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS).



(B) apesar do maior número de casos ter sido registrado na China, especialistas apontam que sua origem é a Índia.

(C) são uma família viral conhecida e que costumam causar infecções respiratórias de leve a moderada em seres humanos, muito semelhantes a resfriados.

(D) a OMS informou que a maioria dos casos confirmados foram de pessoas que não se vacinaram contra o vírus.

(E) a OMS informa que é possível combater rapidamente a epidemia pelo fato de o vírus não apresentar variações genéticas.

GABARITO



- 1. D
- 2. B
- 3. D
- 4. D
- 5. E
- 6. E

- 7. C
- 8. E
- 9. C
- 10. E
- 11. C
- 12. E

- 13. C
- 14. E
- 15. B
- 16. B
- 17. C



RESUMO

Blocos Econômicos

A globalização ampliou largamente a formação de blocos econômicos, que são organizações criadas por países para promover a integração econômica; o crescimento econômico e a competitividade internacional dos países-membros.

Existem quatro modelos básicos de bloco econômico:

- **Área de livre-comércio** – Um grupo de países concorda em eliminar ou reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países.
- **União aduaneira** – Além do livre comércio, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros.
- **Mercado comum** – Caracteriza-se pela livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores e pela adoção da tarifa externa comum.
- **União econômica e monetária** – É o estágio final de integração econômica entre países. Além da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores e a tarifa externa comum, os países-membros adotam uma **moeda comum** e a mesma política de desenvolvimento.

União Europeia

Constitui-se em uma **união econômica e monetária**, com 27 países-membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda (Países Baixos), Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Checa, Romênia e Suécia.

O Euro, moeda comum, é adotado por 19 dos 27 países membros. Países que não adotam o euro: Bulgária, Croácia, Dinamarca, Hungria, Polônia, República Checa, Romênia e Suécia.

No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas**.

Espaço Schengen - zona de livre circulação de pessoas, onde os controles fronteiriços foram eliminados, exceto em circunstâncias excepcionais. Composto por 26 países e conta com 22 dos 27 membros da União Europeia (Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia e Irlanda não o integram), aos quais se somam outros quatro não membros (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça).

A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande influxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tenciona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.

Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, que criticam regulações e decisões tomadas pelo bloco que, para eles,



enfraquece a soberania nacional dos seus países. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de seus países do bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

Brexit

Reino Unido é formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Ingressou na União Europeia em 1973, não é membro fundador. Não aderiu à moeda única.

Brexit é a abreviação das palavras “British” (britânico, em inglês) e “exit” (saída). Em plebiscito realizado no Reino Unido, em junho de 2016, **52% dos eleitores votaram por sair da União Europeia**, 48% votaram por permanecer. A vitória do sair levou à renúncia do então primeiro-ministro David Cameron. **Thereza May** assumiu como primeira-ministra.

Reino Unido e União Europeia negociaram um acordo de saída para que ela não ocorresse de forma unilateral. Saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, o que não aconteceu. Sem conseguir aprovação do acordo com o Parlamento britânico, Thereza May renunciou ao cargo de primeira-ministra.

No seu lugar, assumiu, em julho de 2019, **Boris Johnson**, que conseguiu aprovar a saída do Reino Unido da **União Europeia em 31 de janeiro de 2020, com acordo**. É uma **SAÍDA INÉDITA**, é a primeira vez que um país membro sai do bloco econômico.

Principais pontos do acordo do Brexit:

Fatura de saída do Reino Unido que terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro já assumidos com a União Europeia, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após o país já estar fora do bloco europeu.

Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unido e dos britânicos vivendo na União Europeia: cidadãos europeus que já estavam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus).

Fronteira entre a República da Irlanda e a britânica Irlanda do Norte: Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a Irlanda e a Irlanda do Norte. A livre circulação de pessoas e mercadorias vai continuar ocorrendo nessa fronteira.

Período de transição: em que o Reino Unido já estava fora da União Europeia, mas que continuava seguindo as regras comerciais do bloco. Nesse período, que terminou em **31 de dezembro de 2020**, as duas partes negociaram um acordo comercial.

Pelo acordo, **o país não fará mais parte do mercado único e nem da zona de livre circulação do bloco**.

Direitos de pesca em mares britânicos: pescadores europeus continuarão a ter acesso às águas britânicas durante um período transitório, que durará até junho de 2026, podendo pescar 75% do que pescam atualmente.

Mercosul

Membros fundadores: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela ingressou no bloco em 2012 e atualmente encontra-se suspensa, com base na cláusula democrática, constante do Protocolo de



Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma ruptura na ordem democrática do país e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.

Estados associados: os demais países da América do Sul – Bolívia (em processo de adesão como Estado-Parte), Chile, Equador, Peru, Colômbia, Guiana e Suriname. Estados observadores: México e Nova Zelândia.

Possui acordos de livre comércio com Egito, Israel e Palestina. Assinou um acordo de livre comércio com a União Europeia em junho de 2019, finalizando 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos. Também assinou, em agosto de 2019, acordo de livre comércio com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco integrado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

Parceria Econômica Regional Abrangente

Maior associação comercial do mundo, formada por China, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia, juntamente com os dez países que compõem a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). O acordo elimina tarifas sobre grande parte dos bens trocados entre os membros pelos próximos 20 anos.

A ideia do RCEP nasceu em 2012, com o objetivo de se opor à Parceria Transpacífica (TPP), grande bloco comercial estruturado no governo de Barack Obama, que contava com importantes países da América e Ásia. Ao assumir a presidência, Donald Trump retirou os Estados Unidos do TPP, o que inviabilizou a continuidade do bloco.

A assinatura do RCEP representa uma grande vitória para a China, que consolidará sua influência na Ásia, em detrimento dos Estados Unidos.

A questão Israel-Palestina

Em 1947, a (ONU) aprovou a partilha da Palestina em dois Estados – um para os judeus, com 53% do território, outro para os árabes, com 47%.

Em 14 de maio de 1948, foi criado o Estado de Israel. Cinco países árabes – Egito, Síria, Transjordânia (atual Jordânia), Iraque e Líbano – combateram o nascente Estado judeu. Israel venceu a guerra e se expandiu territorialmente passando a ocupar 75% da Palestina. Além disso, ao fim da guerra, o Egito e a Transjordânia ocuparam às áreas palestinas. Com isso, os palestinos ficaram sem território, tornando-se refugiados na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e nos países árabes vizinhos, ou migrando para longe.

Em 1967, na Guerra dos Seis Dias, Israel passa a controlar a Cisjordânia, Jerusalém Oriental e a Faixa de Gaza. Com os palestinos deteriorados e divididos, a população árabe-palestina passou a lutar pela configuração de novas fronteiras e pelo reconhecimento de um Estado palestino independente. Em 1988, proclamaram seu Estado com o nome de Autoridade Nacional Palestina (ANP).

Depois de muitas guerras e duas intifadas (rebeliões palestinas), os acordos de paz (1993-1995) assinados entre Israel e a ANP traçaram a meta de dois Estados: um judeu (Israel) e um palestino, formado pela Faixa de Gaza e pela Cisjordânia. A implementação do acordo teve um sucesso inicial, mas fracassou posteriormente. O Estado palestino independente ainda não se concretizou e os palestinos estão separados, de Israel e entre si, em 21 enclaves que apresentam grande deterioração econômica e baixa qualidade de vida.

O Hamas controla a faixa de Gaza e a ANP, partes da Cisjordânia.



Nos últimos anos, a perspectiva de “dois Estados” é a que tem guiado as negociações de paz. Na prática, porém, não houve avanços. O atual governo israelense defende posições que os palestinos consideram inaceitáveis, como a continuidade e a ampliação dos assentamentos israelenses na Cisjordânia.

Outro problema é sobre o status da cidade de Jerusalém. Os palestinos defendem que a parte oriental da cidade, ocupada pelos israelenses desde 1967, seja a capital de seu futuro Estado. Israel não aceita essa divisão, reivindicando a cidade inteira como a sua própria capital.

Em dezembro de 2017, o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reconheceu Jerusalém como capital de Israel e anunciou a transferência da embaixada americana de Tel Aviv, primeira capital israelense, para a cidade. A embaixada, em Jerusalém, foi inaugurada em maio de 2018, no mesmo dia que se comemorou os 70 anos de fundação do Estado de Israel.

Conflitos em 2021: No mês de maio de 2021, irrompeu uma nova série de enfrentamentos entre judeus israelenses, árabes palestinos e árabes israelenses. A escalada de violência teve origem nas ameaças de despejo de famílias palestinas de Sheikh Jarrah, um bairro onde vive população de maioria árabe. Somado a isso, houve a severa vigilância israelense dos palestinos durante o Ramadã, o mês sagrado dos muçulmanos. Foram usados spray de pimenta e granadas de choque dentro da Mesquita de Al-Aqsa.

O Hamas emitiu um ultimato incomum a Israel para remover suas forças da Esplanada das Mesquitas e de Sheikh Jarrah. Israel não acatou a ordem, e o Hamas iniciou, então, o disparo de foguetes contra Israel. Em resposta, o Exército israelense intensificou suas operações contra as infraestruturas das milícias do Hamas e da Jihad Islâmica. Nos dias seguintes, novas ações militares foram realizadas por ambos lados.

Após 11 dias de conflito, foi anunciado um cessar-fogo, que foi mediado pelo Egito. Segundo estimativas da ONU, cerca de 240 pessoas morreram durante o conflito, a maioria palestinos. Dentre esses, estão 65 crianças.

Líberano - megaexplosão e crise

Em agosto de 2020, uma megaexplosão na região portuária de Beirute, capital do Líbano, deixou mais de uma centena de mortos, milhares de feridos, e agravou a crise política, econômica e social já existente no país.

A explosão foi causada pela detonação de **nitrate de amônio**, armazenado no porto sem as devidas medidas de segurança. Investigações sobre a origem do material apontam para um navio russo, com bandeira da Moldávia, que fez uma parada de emergência no porto devido a problemas técnicos.

Nos dias subsequentes à tragédia, manifestações se propagaram pelo país. A pressão levou à queda do governo do então primeiro-ministro Hassan Dia. Então, anteriormente à explosão, grandes manifestações já ocorriam no país, devido à crescente insatisfação da população com o cenário político, econômico e social do país. Estes protestos haviam sido desencadeados em 2019, após o governo anunciar uma tarifa sobre ligações feitas pelo WhatsApp.

Além das vidas perdidas, a megaexplosão aprofundou a crise política e socioeconômica vivida. O país vai precisar de uma grande ajuda externa para superar a situação.

Contexto histórico-político - Líbano possui grande diversidade de etnias e religiões. No país, vivem dezoito comunidades religiosas diferentes, mas os maiores grupos são de cristãos, muçulmanos xiitas e sunitas e drusos. Também há muitos refugiados, sobretudo palestinos e sírios.

De 1975 a 1990, os libaneses passaram por uma sangrenta **guerra civil**. Segundo o **Acordo de Taif**, firmado em 1989, para encerrar o conflito, os assentos no Parlamento se repartem de forma igualitária entre



grupos cristãos e muçulmanos. Para críticos e analistas políticos, essa complexa divisão sectária do poder tem impedido que um Estado central efetivo se estabeleça.

Hezbollah - O Hezbollah é uma poderosa organização política, social e militar, formada por **muçulmanos xiitas**. Seu poder militar é maior do que o próprio exército libanês. Surgiu no contexto da guerra civil, com apoio do Irã, que continua a financiar o grupo e apoiá-lo em suas ações. O Hezbollah também possui participação ativa na política do Líbano, com vários deputados no parlamento e com cargos de alto escalão no poder executivo. Especulou-se que a explosão poderia ter sido causada pelo grupo, mas ele não reivindicou o ataque.

Conflito em Nagorno-Karabakh

A região de Nagorno-Karabakh é disputada pelo **Azerbaijão** e **Armênia**. Situa-se dentro do território do **Azerbaijão**, sendo reconhecida pelas leis internacionais como parte do país.

Contudo, mais de 90% de sua população é de etnia armênia. Esse povo habita a região desde o século II a.C. Nagorno-Karabakh historicamente pertenceu e foi controlado pelo povo armênio. Eles buscam a independência do Azerbaijão, como uma república autônoma.

Em 1923, Armênia e Azerbaijão foram anexados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e tornaram-se repúblicas socialistas associadas ao bloco. Nagorno-Karabakh passou a fazer parte da República Socialista do Azerbaijão.

Em 1988, os dois países entraram em guerra por esse território. A Armênia invadiu militarmente Nagorno-Karabakh e outras áreas adjacentes, pertencentes ao Azerbaijão. Em 1991, a região declarou-se independente do Azerbaijão, mas nenhum país do mundo reconheceu essa independência.

Em 1994, foi acordado um cessar-fogo. A Armênia saiu vencedora do conflito, ficando Nagorno-Karabakh sob controle armênio.

O cessar-fogo durou até setembro de 2020, quando o Azerbaijão lançou uma ofensiva para retomar os territórios ocupados pelos armênios e conquistou uma série de vitórias.

Após mais de 40 dias em guerra, os líderes do Azerbaijão, da Armênia e da Rússia chegaram a um novo acordo de cessar-fogo.

Pelo acordo, o Azerbaijão manterá os territórios ocupados, e a Armênia desocupará as áreas que tomou durante a guerra entre os dois países. Mas os armênios ainda seguirão controlando a maior parte de Nagorno-Karabakh.

Além disso, a Rússia irá posicionar 2.000 soldados de uma força de paz na região. A presença russa na região não agradou a Turquia, que busca aumentar sua influência na área, sobretudo por possuir relações estreitas com o Azerbaijão. Turquia e Rússia disputam importantes espaços geopolíticos no mundo, como na Síria.

Estados Unidos

Nas eleições presidenciais de 2020, **Joe Biden** candidato do **Partido Democrata**, foi eleito presidente dos Estados Unidos, derrotando o então presidente, **Donald Trump**, do **Partido Republicano**. **Joe Biden** foi vice-presidente de **Barack Obama**, que governou o país de 2009 a 2017. Biden tem como vice-presidente a ex-senadora **Kamala Harris**, negra, filha de imigrantes, o pai é jamaicano e a mãe é indiana.



As eleições de 2020, registraram um número **recorde de votos antecipados e de votos pelo correio**. Houve, também, um **recorde o número de eleitores registrados que votaram, em números absolutos e percentuais**. Joe Biden recebeu 306 votos no colégio eleitoral e Donald Trump recebeu 232 votos.

Joe Biden foi o candidato a presidente mais votado da história dos Estados Unidos. Mesmo perdendo a eleição, Donald Trump foi o segundo candidato a presidente mais votado da história dos Estados Unidos.

Donald Trump e a sua campanha fizeram várias denúncias de supostas fraudes na votação e na contagem dos votos, contestando o resultado final. Sem apresentar provas consistentes, as alegações foram rejeitadas pelas autoridades eleitorais e pelos poderes judiciários estaduais. As denúncias que chegaram a Suprema Corte americana, também foram rejeitadas.

No dia 6 de janeiro de 2021, partidários do ex-presidente, Donald Trump, invadiram o Capitólio dos Estados Unidos. Um segundo impeachment foi aberto contra Trump, acusado de incitar a insurreição. O ex-presidente foi absolvido pelo Senado.

Joe Biden iniciou o seu governo, revertendo uma série de medidas tomadas no governo de Donald Trump.

Covid-19: As principais medidas são o incentivo ao **uso de máscaras de proteção**, obrigatoriedade do uso nas propriedades federais (prédios, repartições públicas etc.) e aceleração da vacinação. Não há falta de doses de vacinas nos EUA.

Migração: fim do veto à entrada de cidadãos de países muçulmanos nos EUA e a paralisação da construção do muro na fronteira com o México.

Meio Ambiente: retorno dos Estados Unidos ao Acordo do Clima de Paris e organização da Cúpula dos Líderes sobre o Clima.

Economia: medidas de estímulo a atividade econômica - aprovação do Plano de Resgate Americano, que destinou recursos a estados, municípios e empresas, ampliou auxílios desemprego e promoveu pagamentos diretos à população. Apresentação do Plano de Emprego Americano, projeto para a infraestrutura que visa promover a criação de postos de trabalho e estimular a economia verde, além de propor grandes mudanças na matriz energética norte-americana com foco na energia limpa.

Política Externa: Os Estados Unidos buscam retomar um papel de líder ativo nas relações internacionais, reestabelecendo entendimentos com os seus principais parceiros históricos, por meio do multilateralismo e da atuação nos organismos internacionais, como a ONU e a OMC.

Coronavírus

Os coronavírus são uma grande família viral, transmitidos entre os animais e pessoas, causando infecções respiratórias em ambos. O novo vírus, SARS-CoV-2, é o causador da doença Covid-19. Outras variações mais antigas de coronavírus e conhecidas pelos cientistas são a SARS-CoV e MERS-CoV, que já causaram surtos com mortes no passado recente.

Suspeita-se que o SARS-CoV-2 foi transmitido para os seres humanos por animais silvestres, como morcegos, provenientes de um mercado que vendia esses animais, na metrópole de Wuhan, capital da província de Hubei, na China, onde se iniciou o surto da atual pandemia atual.

Os sintomas da doença são febre, tosse (geralmente seca), dor muscular, cansaço, dificuldade em respirar, falta de ar e perda de paladar. Em casos mais graves, há registro de pneumonia, insuficiência renal e síndrome respiratória aguda grave, que podem levar à morte.

Pesquisas de remédios e vacinas - Não há um medicamento específico para combater o vírus. O tratamento é feito combatendo os sintomas enquanto o próprio corpo se cura da infecção. Pacientes com



quadros mais graves precisam ficar internados em UTIs, respirando com a ajuda de um respirador mecânico.

Os medicamentos mais citados para o tratamento da doença foram a **hidroxicloroquina** e o **remdesivir**. Contudo, não há sólidas evidências científicas sobre a eficácia dessas substâncias. A Organização Mundial da Saúde anunciou que ambos não demonstraram efeitos significativos na redução da mortalidade de doentes por Covid-19.

Desta forma, os únicos medicamentos que demonstraram eficácia contra a Covid-19 até agora são a **dexametasona** e outros corticoides, que reduzem a mortalidade dos pacientes em estado grave.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, defenderam o uso da cloroquina para o tratamento do Covid-19. Sem o respaldo científico, ambos deixaram de se pronunciar a respeito do fármaco.

Também não há, até o momento em que este texto foi escrito, nenhuma vacina contra o coronavírus aprovada para uso geral internacionalmente. Cientistas de várias instituições ao redor do mundo têm trabalhado em um intenso ritmo na pesquisa para uma vacina. É uma das invenções mais importantes e disputadas da história recente.

A Rússia foi o primeiro país a anunciar uma vacina contra a Covid-19, batizada de Sputnik 5, mas a decisão foi questionada, já que não foram concluídos todos os testes que comprovem sua segurança.

Os projetos mais promissores, que estão no último estágio de testes, são os seguintes:

- **CoronaVac**, desenvolvida pela chinesa Sinovac Biotech;
- **BNT162b2**, desenvolvida pela parceria americano-alemã entre Pfizer e BioNTech;
- **mRNA-1273**, desenvolvida pela Moderna, sediada nos EUA;
- **ChAdOx1 nCoV-19**, desenvolvida pela AstraZeneca com a Universidade de Oxford, na Inglaterra;
- **Ad26.COV2-S**, desenvolvida pela Johnson & Johnson.

Medidas restritivas de proteção e para conter o avanço do vírus:

Distanciamento social - restringe a aproximação entre as pessoas de forma voluntária.

Isolamento - recomendação de isolamento, não obrigatória. Voltada sobretudo para pessoas que tiveram contato com alguém infectado ou para quem está esperando o resultado de testes.

Isolamento vertical - destinado somente a pessoas dos grupos de risco. Menos efetivo no combate ao vírus, mas causa menos danos à economia.

Isolamento horizontal - destinado a toda população, envolve a paralisação de todas as atividades consideradas "não essenciais". Mais eficiente no combate ao vírus, mas causa mais danos econômicos.

Quarentena - medida obrigatória, estabelecida pelas autoridades (pode ser em escala municipal, estadual ou federal) na qual todas as atividades não essenciais são paralisadas.

Lockdown - imposto por um decreto, lei ou decisão judicial. Paralisação total dos fluxos não essenciais e restrições à circulação de pessoas nas ruas. Governo pode usar as forças policiais e aplicar multas e detenções para quem desrespeitar a medida.



- **O alcance mundial da doença:** No mundo globalizado, com incessante circulação de pessoas entre os países, o vírus se propagou rapidamente pelo planeta. Foram registrados casos de coronavírus em quase todos os países, em todos os continentes.

Nas Filipinas ocorreu a primeira morte fora do território chinês. No momento em que este texto foi escrito, os Estados Unidos são o país com o maior número de pessoas infectadas e com o maior número de mortes.

O Brasil é o segundo país com o maior número de mortes e o terceiro com o maior número de casos. São Paulo foi o estado mais atingido.

Como a China conteve a expansão do vírus - Epicentro da epidemia, a China conseguiu frear sucessivamente o avanço do coronavírus. A resposta chinesa à epidemia foi baseada principalmente em **quarentenas** extremamente rigorosas nas cidades mais afetadas. Também foram investidos bilhões de dólares na luta contra a Covid-19. Apesar da enorme redução no número de casos, críticos da política chinesa atacaram a confiabilidade dos dados divulgados pelo governo, que já escondeu informações importantes sobre a epidemia em seus primeiros meses e puniu médicos que tentaram alertar sobre a seriedade da doença.

Impactos econômicos - Para conter a propagação do vírus, muitas empresas e fábricas paralisaram suas atividades e reduziram sua produção, afetando a atividade econômica como um todo. A economia global fechará o ano de 2020 em recessão. A crise econômica será mais severa que a de 2008, e poderá, também, ser maior que a Grande Depressão de 1929. Contudo, o FMI espera uma recuperação em 2021.

O Brasil fechará o ano de 2020 com crescimento negativo do PIB. Será o pior desempenho econômico desde 1901. Na China, onde se iniciou a pandemia, o PIB fechará o ano com crescimento positivo.

A inevitável recessão tem levado governos e bancos centrais de todo o mundo a liberar grandes volumes de estímulos fiscais e monetários, além de outras medidas de apoio para as economias nacionais, que sofrem com a pandemia de coronavírus. No Brasil, a principal medida foi o auxílio emergencial.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.